

**ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE**  
**ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2017**

Aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete pelas nove horas e quarenta e cinco minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

**A - PERÍODO DE ABERTURA**

*O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:*

**Grupo Municipal do Partido Socialista:**

Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Emanuel de Jesus Rocha Garcia, Hélio Manuel Melo Vieira, Isabel Maria Diniz Berbereia, Irina dos Santos Mendes Pimentel, João Carlos Castro Tavares, João Manuel Teixeira Salvador, José Eduardo Vieira Pimentel, José Fraga Ferreira Machado, Luís Leonel Teixeira Salvador, Marco Paulo Vieira Alves, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

**Grupo de cidadãos das Cinco Ribeiras:**

José Cipriano de Sousa Martins.

**Grupo Municipal do Partido Social democrata:**

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Francisco José Lopes Câmara, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Honorato Bettencourt Lourenço, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa, Manuel Conde Bettencourt, Pérciles Pereira Ortins, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia.

**Grupo Municipal do CDS-PP:**

José Eduardo Álamo Soares, Lídia de Fátima Ângelo Góis, Maria da Graça Amaral da Silveira, Michele Soveta Aguiar.

**Câmara Municipal:**

**Presidente:** José Gabriel Álamo de Meneses.

**Vereadores:** Alonso Teixeira Miguel, Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias, Fernando Francisco de Paiva Dias, Guido de Luna da Silva Teles, Paulo Alexandre Silva Lima.

*A ata da sessão de 28 de novembro de 2016 foi posta à discussão.*

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante executivo, colegas deputados municipais. Ontem pedi permissão para ouvir as gravações da sessão anterior da Assembleia porque tenho uma dúvida a respeito da ata. Pode parecer um pormenor de menos importância mas, na intervenção do senhor presidente da Câmara constante do segundo parágrafo da página 15 da ata, é referido que as questões de trânsito foram elaboradas por alguém da especialidade e quando se ouve a gravação, é dito que é alguém da especialidade subcontratado.

Até agora estivemos a falar de uma empresa local de arquitetura, colocámos até questões e dúvidas sobre a sua capacidade técnica para realizar estes estudos, e não sei se estamos a falar de uma segunda empresa envolvida. Gostaria de obter alguma explicação sobre este pormenor porque pode ter-se tratado apenas de uma questão de linguagem.

**Sr. presidente da Câmara:** – Foi seguramente um lapso de linguagem, a empresa responsável é aquela.

*Posta à votação, a ata da sessão de 28 de novembro de 2016 foi aprovada por maioria com 3 abstenções.*

*O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.*

## **B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO**

*Não se registaram intervenções por parte do público presente.*

## **C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Caríssimos membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, muito bom dia a todos.

Volto a referir a questão da incineração na ilha Terceira que começa a ser um bocadinho repetitiva nas sessões da Assembleia Municipal mas não deixa de ser cada vez mais pertinente, até porque voltou à Ordem do Dia e, pela leitura dos jornais da região, o senhor presidente estará a par do que se tem escrito e dito acerca da temática. Trago aqui o assunto porque todas as forças partidárias representadas nesta casa ao longo do tempo nunca obstaculizaram e sempre apoiaram o processo referente aos resíduos no concelho e a necessidade de se encontrar um método de tratamento que permitisse lidar com a acumulação de resíduos num espaço geográfico tão limitado como o da nossa ilha.

As informações que nos foram sendo dadas ao longo do tempo começam a não bater certo com um conjunto de evidências, factos e notícias que têm aparecido na comunicação social. Inicialmente, o processo escolhido era o da pirólise mas, por razões técnicas, económicas, de manutenção e outras que nos foram sendo explicadas pelo senhor presidente da Câmara, acabou por se optar pela construção da incineradora no concelho e nós achámos bem.

Sempre nos foi garantido que a incineradora cumpriria escrupulosamente o que estava determinado no PEGRA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores), hoje denominado de PEPGRA (Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores). Trataria os lixos da ilha Terceira com a redução do nosso passivo ambiental e receberia também os resíduos das restantes ilhas dos Grupos Central e Oriental depois de tratados nos centros de processamento de resíduos para valorização energética cá na ilha. De novo, fomos achando bem mas as dúvidas surgiram quando se começou a falar na hipótese de a nossa incineradora poder receber também resíduos de outras paragens através de acordos de

tratamento de resíduos da região autónoma da Madeira e a possibilidade da receção de resíduos provenientes das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria.

Caso não se opte pela construção da incineradora na ilha de S. Miguel e haja outro tipo de tratamento de resíduos na maior ilha açoriana, dúvidas se levantam acerca da capacidade de controlo da poluição causada pela incineradora e os consequentes riscos para o meio ambiente, para os ecossistemas, para a higiene, para a saúde pública, etc.

Até agora fomos confortando com todas as informações que nos foram sendo dadas mas, perante as notícias não desmentidas a respeito do excesso da capacidade da incineradora da Terceira em tratar resíduos para além da sua missão inicial, julgo que deverá ser feita uma avaliação dos riscos e prestado um esclarecimento por parte do presidente da Câmara de Angra que também foi Secretário Regional do Ambiente e projetou o PEGRA, algo complexo e difícil de articular.

Existe uma guerra aberta na ilha de S. Miguel a respeito da incineração. Estava prevista uma incineradora muito grande que já foi reduzida, os municípios não se entendem e exigem a construção de uma central hídrica reversível para apoiar a valorização de resíduos e evitar a deslustragem de eletricidade produzida. Entretanto, o Bloco de Esquerda visita a EDA e o presidente do conselho de administração, o engenheiro Duarte Ponte, que foi seu colega no Governo Regional, diz que as centrais de valorização energética não passam de uma intenção em papel enquanto o senhor presidente nos disse que havia terrenos já adquiridos.

Há um conjunto de informações contraditórias. É importante que a opinião pública e todos nós, que temos apoiado este processo, saíamos daqui esclarecidos no momento em que se lamenta mais uma vez a ausência da comunicação social no acompanhamento dos trabalhos desta Assembleia. Está a decorrer na ilha de S. Miguel uma sessão de esclarecimento acerca do processo da incineração e valorização de resíduos, organizada pela MUSAMI, e é estranho que o senhor presidente da Câmara Álvaro de Meneses não tenha sido convidado como palestrante por ser um conhecedor da realidade dos resíduos e um interveniente direto em todas as fases do projeto.

Venham daí esses esclarecimentos porque está muito em jogo e os possíveis riscos para o ambiente deverão ser cabalmente esclarecidos. Deve pedir-se a todas as autoridades competentes que façam as monitorizações necessárias respeitantes ao ambiente e à saúde das pessoas.

**Sr. presidente da Câmara:** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Esta é uma excelente intervenção. Face ao que está a acontecer em S. Miguel e devido a algumas notícias publicadas localmente, está na altura de falarmos com alguma profundidade sobre esta matéria que é muito bem-vinda a esta Assembleia onde devemos prestar alguns esclarecimentos.

Enquanto presidente da Câmara tenho-me coibido de fazer uma maior participação pública por uma questão de respeito para com os meus colegas de S. Miguel, da mesma maneira que detestaria que algum presidente de Câmara em Ponta Delgada expressasse opiniões sobre o que fazemos aqui na Terceira e é necessário algum afastamento de um debate de ilha. Em S. Miguel terão que encontrar o seu caminho da forma como entenderem com autonomia e independência e esperamos que o mesmo se passe no sentido inverso; é essa a razão de algum silêncio da minha parte e a justificação por não ter sido convidado, e não tinha que o ser, porque não me parece adequado interferirmos com as decisões de cada um.

As questões tecnológicas da incineração são das mais conhecidas porque a tecnologia leva já 80 anos de história, está a ser utilizada nos centros urbanos mais densamente povoados da Europa e da América do norte e monitorizada em todo o lado. A legislação europeia sobre a

incineração é extraordinariamente apertada e estamos a cumprir todas as normas necessárias no que respeita a emissões no caso de um ambiente insular ventoso como o nosso.

Os gases emitidos por qualquer chaminé nesta ilha têm tendência a subir por saírem mais quentes do que o ar ambiente e acabam por regressar ao solo 15 ou 20 quilómetros além do ponto de emissão por via da homogeneização da temperatura; quando isso acontecer aqui os gases acabarão por cair no mar porque a dimensão da ilha a isso obriga.

Não nos devemos preocupar com problemas sanitários ou de segurança porque temos a tecnologia testada e uma fortíssima monitorização. Existe quase um século de experiência sem dificuldades, temos vento praticamente todos os dias e uma situação territorial particularmente favorável. Há um conjunto de normas claríssimas chamadas BREF que são publicadas pela União Europeia com as condições que devem ser cumpridas por qualquer instalação, incluindo a nossa incineradora, que foi projetada para queimar 40 mil toneladas de resíduos ao ano, e temos uma velocidade de cruzeiro entre as 3,5 e as 5 toneladas/hora de queima. Como está previsto que a incineradora pare duas vezes por ano para manutenção e acerto, fazemos a conta a 11 meses de incineração em cada 12 a um ritmo constante.

O que limita a capacidade da incineradora é a quantidade de calor produzido e não o tamanho do forno. Se tivermos muito plástico ou outros combustíveis com elevado valor calorífero temos que reduzir a quantidade de resíduos a colocar na câmara e podemos exceder as 5 toneladas/hora se lá colocarmos lixo molhado com baixo poder calórico como os resíduos do matadouro, por exemplo. Depois de um dia chuvoso como o de hoje em que teremos imensos contentores com a tampa aberta, teremos o lixo inundado. O que a incineradora pode queimar é limitado pela quantidade de energia contida nos resíduos.

No caso da ilha Terceira e com esta variação de poder calórico, a experiência de quase um ano diz-nos que podemos facilmente chegar às 50 mil toneladas/ano de material incinerado num projeto feito para 40 mil toneladas com um conteúdo energético de 6 megajoules por quilo. O projeto foi adequadamente planeado para sete ilhas incluindo a Terceira e daqui para oeste mas até hoje não recebemos sequer 1 grama de lixo do Pico, do Faial ou de S. Jorge e compensamos com uma maior retirada de resíduos das bolsas. É preciso não esquecer que o projeto foi pensado para fazer também a limpeza do passivo ambiental enorme que ali estava.

Se não recebêssemos qualquer lixo do exterior, sobreviveríamos com o que é retirado dessas bolsas que, além de conter um poder calórico mais baixo, custa muito dinheiro porque a operação de retirada das bolsas é extremamente cara e não podemos saturar a queima de lixo para cumprirmos a nossa proposta aprovada pela União Europeia.

Não seria aceitável o funcionamento da incineradora com a queima exclusiva de lixo novo sem queimarmos algum lixo antigo cujo ritmo tem que ser controlado. Temos tido situações de queima de 30 ou 40% desse lixo em algumas épocas do ano que sai caro do ponto de vista económico. Deveríamos receber entre 7 e 10 mil toneladas de resíduos das ilhas do triângulo o que não aconteceu até agora.

Não deveria falar nisto para não interferir num debate que não é o nosso mas é necessário para a explicação. Olhando para os resíduos produzidos em 2015 que estão registados no sistema de resíduos (SIRER), a ilha de S. Miguel produz pelo menos 43 mil toneladas de material que não poderá ter outro destino senão o da incineração e não cabe na folga que temos aqui. A ilha de S. Miguel poderia ter um tratamento mecânico-biológico que retira o material biodegradável, vísceras, restos de comida, relvas e outras coisas e deixa o material que não se decompõe que é novamente triado com a remoção de uma parte que pode ser reciclada, ficando apenas um resto. As melhores práticas nessa área dizem que esse resto corresponde a cerca de 1/3 do volume inicial dos resíduos.

Uma das possíveis soluções seria o investimento num desses tratamentos mecânico-biológicos por parte de todas as ilhas. Mesmo que todos reduzíssemos o lixo a 1/3, talvez ficássemos para além dos limites com a operação nas 50 mil toneladas acima do limite do projeto. Continuo a acreditar que a situação inicial do PEGRA é a melhor com a existência de uma instalação na ilha de S. Miguel que trate os resíduos que lá são produzidos. A nossa folga para a receção de resíduos ronda as 10 mil toneladas/ano ou coisa que o valha; ainda não foi preenchida mas sê-lo-á eventualmente quando as ilhas passarem a cumprir o que está na lei e enviarem os resíduos para a Terceira.

Temos uma micro incineradora, provavelmente uma das mais pequenas da Europa. Do ponto de vista tecnológico acaba por ser uma espécie de miniaturização de muitas tecnologias e é muito difícil de projetar uma incineradora com condições de bom funcionamento abaixo das 40 mil toneladas; estamos nesse limiar e temos resíduos suficientes para a manter a funcionar pelo menos durante 40 anos. Não há dificuldade na obtenção de resíduos, há uma vantagem de termos uma operação que economicamente seja mais proveitosa se reduzirmos o volume de resíduos provenientes do aterro. Levando o limite às 50 mil toneladas, nesta altura poderemos facilmente receber entre 20 e 30 mil toneladas/ano de resíduos extra, reduzindo ao mínimo as operações de limpeza a uma pequena componente que temos que manter para cumprirmos o nosso contrato.

Não temos maneira de o projetar mas gostaria de vos mostrar o gráfico da operação da incineradora. Existe uma limitação relacionada com a temperatura de queima que, ao descer abaixo dos 900°C, origina graves problemas de tratamento de gases, temos que injetar químicos o que custa muito dinheiro. É mais barato injetarmos gasóleo no lixo orgânico ou quando está cheio de água para aumentarmos o poder calórico, do que os químicos usados para tratamento.

É ainda muito mais barato o que a maior parte das incineradoras europeias fazem através do tratamento de uma coisa chamada CDR (Combustível Derivado de Resíduos). As operações de tratamento mecânico-biológico têm normalmente associado um equipamento que seca o lixo e o embala em rolos de plástico semelhantes aos que os lavradores fazem nas pastagens. Esses rolos têm um baixíssimo teor de humidade e um elevado poder calórico porque foram secos com calor. Nalguns casos, em vez do gasóleo, as incineradoras colocam alguns desses rolos misturados no sistema e mantêm o poder calórico no limiar da operação.

Tem-se queimado pouquíssimo gasóleo, porque a equipa técnica da incineradora tem feito um excelente trabalho. Temos resíduos secos numa antiga garagem que se encontra cá fora ao pé do canil, que vamos usando misturado no lixo como se fosse um CDR para aumentar o poder calórico.

Deveríamos mandar vir CDR's para termos uma reserva porque a separação e secagem de lixo dá muito trabalho e custa muito dinheiro. Enquanto os outros operadores de incineradoras mandam vir os CDR's de comboio da terra ao lado, nós teremos que o mandar vir de navio de um sítio qualquer distante, razão pela qual temos usado esporadicamente o gasóleo que custa dinheiro à incineração.

Temos uma incineradora que foi bem projetada, está no âmbito correto de produção e tem sido bem operada apesar de alguns problemas com o sistema de recirculação de bombas que tem avariado devido a questões de projeto que estão a ser corrigidas e tem apresentado uma excelente operação do ponto de vista de monitorização dos gases e da produção. Se fosse aproveitada toda a energia que temos vindo a produzir, daria uma receita na casa de um milhão de euros anuais.

Ainda não está concluído o processamento de dados com o modelo que foi encomendado ao INESC que está a fazer a arbitragem no relacionamento com a EDA. Não estão ainda corridos todos os dados de 2016 mas vamos perder cerca de 20% da produção em ressarcimentos o que não é nenhuma catástrofe.

Não me parece que a situação da incineradora seja preocupante. As discussões que estão a decorrer em S. Miguel têm a ver com a disputa entre duas empresas que acabou por extravasar para outras questões. Manifesto o meu absoluto desconhecimento a respeito das propostas, mas o âmbito da discussão deveria centrar-se na escolha da tecnologia. As condições do concurso estavam bem feitas, porque as vi publicadas, e deveria estar em discussão a escolha por parte do júri do concurso.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro** (numa interpelação à Mesa): – Reconhecendo a soberania da Assembleia e dada a importância deste debate que está também presente na opinião pública, gostaria de propor à Mesa alguma tolerância para que o pudéssemos continuar um pouco mais à vontade sem as limitações de tempo previstas no regimento ao jeito de um ponto extraordinário na Ordem dos Trabalhos.

**Sr. presidente da Câmara:** – Lembro que os Pontos 1.14, 1.15 e 1.16 da nossa agenda visam o mesmo tema. Se carreamos para aqui as informações, acabamos por resolver estes três pontos da nossa agenda e evitamos uma discussão repetitiva.

**Sr. presidente da Mesa:** – Vamos seguir a Ordem de Trabalhos. Percebo o interesse pelo tema que é atual mas peço alguma razoabilidade e contenção no período seguinte.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – À falta de grandes obras do regime, à exceção daquele primeiro arremesso sobre as calçadas que foi abrandando, o que esta Câmara terá de verdadeiramente estruturante é o reordenamento do trânsito na cidade de Angra no qual esta oposição insistiu desde o início.

Trouxe aqui um apanhado do que foi passando na comunicação social. A 19 de dezembro de 2013 dizia-se: «*Tirar trânsito da frente da Câmara pode tornar-se definitivo.*» Enquanto o estudo não avança foram-se fazendo algumas alterações ao trânsito e a 17 de setembro de 2014 o Diário Insular notifica: «*Trânsito caótico em Angra chateia automobilistas.*» Referiam-se à Guarita.

A 25 de setembro de 2014, na sequência de uma reunião da Assembleia Municipal decorrida a 24 de setembro, dizia-se: «*Álamo perentório na Assembleia Municipal. Trânsito sai da frente da Câmara de Angra.*» Referindo-se à Praça Velha: «*Coração da cidade não pode ser rotunda.*»

No telejornal da RTP Açores do dia 29 de setembro de 2014 o vereador Guido Teles disse: «*Há uma intenção do presidente da Câmara em fechar o troço da Praça Velha.*» Faltava um estudo mas havia já uma intenção.

A 16 de outubro de 2014 na sequência de um abaixo-assinado a respeito do fecho da Praça Velha, dizia o senhor presidente da Câmara: «*Não há motivo para alarme. Não há um fecho eminente. Decorre um estudo.*» A 25 de setembro de 2014 o senhor dizia que este estudo estaria implementado em seis meses e já estamos em 2017.

A 27 de outubro de 2015 o Diário Insular dá conta de que a autarquia faz uma apresentação deste estudo de trânsito junto dos comerciantes e introduz-se uma novidade que é a limitação do trânsito na rua da Sé. Entretanto continuam as notícias das intermitências em Angra que só têm gerado confusões de acordo com a notícia de 28 de outubro de 2015 e a 7 de outubro de 2016 continuam as reclamações a respeito do trânsito.

O senhor presidente da Câmara já disse que sim, que «nim», que não e talvez e já mandou o vereador Guido Teles dizer que há uma intenção mas falta o estudo, por isso lhe pergunto: vai ou não vai encerrar o trânsito na Praça Velha? Vai ou não vai condicionar o trânsito na rua da Sé? Isto importa a muita gente, nomeadamente aos comerciantes. Repito até à exaustão: vai encerrar o trânsito na Praça Velha e condicioná-lo na rua da Sé? Sim ou Não?

**Sr. presidente da Câmara:** – No Vaticano diz-se: «Havemos Papa»; aqui dizemos: «Havemos candidatos». Em relação à Praça Velha, cada vez mais me inclino para que sim. Em relação à rua da Sé tenho a certeza que não, independentemente de se considerar uma boa solução no estudo de trânsito que está entregue há largos meses; tivemos oportunidade de o estudar e vai ser analisado por todos os senhores vereadores.

O estudo de trânsito é um instrumento orientador que carece de decisão política. Parece-me uma péssima ideia, essa da rua da Sé. Quanto à Praça Velha, se houver uma solução arquitetónica adequada, sim. O trabalho está lá feito e já o estudei assim como os vereadores da posição; os da oposição ainda não, temos uma reunião marcada para isso e só depois nos pronunciaremos. Usando o estilo telegráfico, a primeira resposta é «nim» a segunda é «não».

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Aviso desde já os senhores deputados que todos os que decidirem intervir nesta sessão da Assembleia Municipal serão considerados pelo senhor presidente da Câmara potenciais candidatos ao seu lugar.

**Sr. presidente da Câmara:** – Já temos um, não precisamos de mais nenhum.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Pela intervenção do senhor presidente da Câmara, ficou claro que muitas das questões relativas à incineração e ao processo de valorização de resíduos ficaram de fora do planeamento inicial devido a falhas nesse mesmo planeamento ou por circunstâncias complexas que envolvem o tratamento de resíduos. O senhor presidente da Câmara tem-nos dito nestas sessões da Assembleia Municipal e noutros encontros privados que há fases do projeto que vão sendo ajustadas.

A questão da opinião pública é incontornável e só é boa se for bem informada. Permita-me discordar com a não interferência no que se está a passar em S. Miguel por não se tratar apenas da incineração local numa ou na outra ilha. O assunto é de importância regional e tem a ver com o PEPGRA (Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores). Os debates, artigos de opinião e notícias que vão saindo nos vários órgãos de comunicação social de S. Miguel e da Terceira metem tudo isto ao barulho no mesmo saco com vários tipos de considerações, umas mais e outras menos informadas, e tecem algumas considerações complicadas que contaminam também a opinião pública aqui na Terceira. Talvez esteja na hora da promoção de algumas sessões públicas de esclarecimento por parte da TERAMB para se evitar que alguns fazedores de opinião, jornalistas ou outros, «contaminem» a opinião pública e tenhamos a capacidade de separar o trigo do joio.

No que respeita ao tratamento e valorização de resíduos, temos toda a região a olhar para a ilha Terceira a ver o que de bom ou de mau aqui se vai fazendo e algumas mentes mal-intencionadas veem-nos como o caixote do lixo dos Açores. Não me apetece dar troco a esse tipo de situações mas há pessoas com alguma responsabilidade e vontade de empurrarem o seu lixo para a Terceira, seja ou não vantajoso. Temos também a informação de que os países evoluídos, que o senhor presidente da Câmara cita como os bons incineradores, estão a encerrar as suas incineradoras.

É importante esclarecer publicamente se os países da Europa do norte que mais incineram estão a virar-se para outras tecnologias. É também importante saber porque é que as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge não estão a encaminhar para a ilha Terceira os resíduos provenientes dos seus centros de processamento como manda a lei, segundo referiu e muito bem o senhor presidente da Câmara que foi Secretário Regional do Ambiente e é o pai do plano estratégico de resíduos dos Açores, enquanto o Diretor Regional do Ambiente Hernâni Jorge, diz que eles não são obrigados a enviar os resíduos para cá.

Temos que perceber quem tem o dever de cumprir a lei ou está a aldrabar a opinião pública e se as ilhas do Triângulo são obrigadas a enviar para cá os resíduos depois de tratados nos

respetivos centros de processamento que custaram os olhos da cara à região e se estão a funcionar bem como o bom exemplo da ilha das Flores.

Não devemos esquecer que um dos maiores obstáculos do plano inicial (PEGRA) era o custo do transporte marítimo dos resíduos oriundos das ilhas de triagem para os destinos onde seriam valorizados energeticamente, o que nos leva à outra questão relativa ao custo dos CDR's: é que sou contra a compra de lixo a outros, mesmo o de boa queima, a não ser que nos paguem bem para resolvermos os seus problemas.

A primeira prioridade é a garantia da segurança da saúde pública dos cidadãos e a segunda é o ambiente do qual depende toda a qualidade da nossa agricultura que é o motor da nossa economia e a sustentabilidade do turismo que procura essa qualidade ambiental. Como terceira prioridade, temos que aferir se tudo isto é um bom negócio e se afinal nos interessa.

Mais uma vez apelo para que este presidente da Câmara, esta ilha e esta TERAMB sejam capazes de formar e informar a opinião pública e recorro a uma afirmação feita pelo PSD nesta Assembleia: os consensos que têm existido nesta casa por parte de todas as forças políticas responsabilizam V. Exa. pelo sucesso de toda esta operação.

**Sr. presidente da Câmara:** – A segurança é para mim a questão essencial, tenho a certeza que está garantida e é nesse contexto que nos devemos mover. Tirando a indústria do nuclear, esta é uma das atividades mais reguladas da União Europeia. Nos anos 50, 60 e 70 houve graves problemas na Europa porque as incineradoras não passavam de um forno onde apenas se queimava e transformava em fumo o que lá estava e a incineração foi fortemente contestada, o que levou a uma sobre regulação do setor. Enquanto cumprirmos as regras, estamos na zona segura, repito que a geografia nos é extraordinariamente favorável nessa matéria e não temos qualquer problema de segurança, antes pelo contrário.

O PEGRA dizia taxativamente que os resíduos vinham para aqui mas o PEPGRA não o refere. Esta nova legislação diz que os resíduos devem ser encaminhados para destino adequado que, na região autónoma dos Açores só poderá ser a CVE aqui na Terceira ou os dois aterros que estão ativos: o do Pico, cuja licença está a caducar e está em vias de encerramento, e o aterro de S. Miguel. Na minha opinião deveriam ser enviados para aqui por ser mais barato e eficaz e não causam problemas de poluição na ilha.

É preciso lembrar que no nosso ambiente, um aterro é muito mais perigoso do que a incineração porque todos os materiais que lá estão, em particular os óxidos de metais, são solúveis, ficam nas águas e tornam-se um gravíssimo problema. Mesmo bem gerido, um aterro é um risco ambiental muito maior do que a incineração mas todas essas questões dizem respeito ao Governo. A TERAMB está disponível para receber os resíduos que caibam na incineradora mas não nos cabe decidir quem os encaminha para cá, nem porquê.

Os combustíveis derivados de resíduos estão cotados no mercado europeu a 28 euros a tonelada ou seja, recebemos esse valor se os queimarmos, o que é muito vantajoso do ponto de vista económico.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – E o custo do transporte?

**Sr. presidente da Câmara:** – Essa questão ainda está a ser negociada. Provavelmente conseguiremos que seja o detentor do resíduo a colocá-lo aqui gratuitamente; há uma oferta nesse sentido que ainda não foi formalizada. Há muita incineração no norte da Europa, o que torna o mercado muito competitivo, mas há menos capacidade no sul porque foram fechadas muitas incineradoras por obsolescência dos respetivos equipamentos e por falta de dinheiro para investir na bacia do mediterrâneo no sul da Espanha e de Itália. Receberemos pelo CDR uma quantia variável em função do custo do transporte e somos periféricos em relação aos principais mercados.



A ilha Terceira não é o caixote do lixo de ninguém e tem uma indústria boa que gera 1 200 000,00 € de energia que substitui o petróleo. A queima de resíduos produz a mesma quantidade de dióxido de carbono com uma vantagem: ao queimar resíduos estou a resolver um problema e não tenho que comprar petróleo aos árabes ou aos russos. Para produzir um megawatt/hora de energia, a incineradora produz menos efluentes gasosos do que a central da Praia; basta olhar para as chaminés de uma e de outra para se ver o que de lá sai porque as regras da incineração são muito mais apertadas do que as da produção termo elétrica.

O planeamento inicial da incineradora foi feito com as premissas que estavam em vigor no PEGRA, ou seja, a previsão de receção de resíduos de 7 ilhas com a ideia de crescimento de 3% ao ano. Acontece que não se verificou o aumento dos resíduos e 3 ilhas não os enviam para cá, pelo menos por ora. Entretanto aconteceu a crise económica e houve uma redução de resíduos na casa dos 5% perfeitamente dentro do que o projeto encaixa com a compensação de resíduos retirados da bolsa. Temos resíduos para a fábrica laborar durante o tempo que entendermos e apenas se colocam considerações de natureza económica a respeito dos custos de importação de resíduos ou da retirada da bolsa.

Até agora o projeto só apresentou uma questão tecnológica séria que tem a ver com bombas de circulação e manutenção de pressões, matéria que está a ser resolvida pelo projetista que assumiu todas as responsabilidades daí derivadas. As bombas têm vindo a ser substituídas e a empresa contratou um colega meu do Instituto Superior Técnico para uma peritagem do dimensionamento, das pressões nas condutas e do binómio pressão/temperatura. A cavitação é a passagem da água do estado líquido ao estado gasoso de forma muito rápida, às vezes quase explosiva, o que aparentemente está a acontecer numa das bombas. A água ultrapassa os 120° C de temperatura a cerca de duas atmosferas e essa pressão não é suficiente para a manter no estado líquido.

A instalação tem surpreendido pela positiva. O seu desempenho é melhor do que julgávamos, temos eficiências energéticas na casa dos 65 a 67%, o que é muito bom, e tudo indica que levaremos dois ou três anos a resolver todos os problemas que vão surgindo, o que é perfeitamente normal.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Dada a polémica que se foi gerando, desafio o senhor presidente da Câmara e a TERAMB a promoverem um debate público em torno deste tema com a presença das forças partidárias, das organizações não-governamentais de ambiente, da universidade dos Açores e da comunicação social.

Há pouco tempo na RTP Açores houve um debate entre jornalistas muito conceituados da nossa praça, responsáveis editoriais de órgãos de comunicação social importantes à escala regional, que desconheciam a existência de um plano estratégico regional e foram dizendo um conjunto de coisas que lhes vinham à cabeça. *Shame on you, shame on you* porque os senhores jornalistas não sabiam o que diziam.

Por acidente ou de forma propositada, o senhor presidente esqueceu-se de comentar as declarações que me pareceram graves do presidente do conselho de administração da EDA Duarte Ponte, a respeito das hídricas reversíveis, tendo em conta o nosso conhecimento aqui em Angra.

Relativamente ao que se está a passar nas ilhas do Triângulo, relembro que, à exceção do Faial, há contratos de concessão a empresas privadas para a exploração dos centros de processamento de resíduos. Se um dia surgir outro operador com a capacidade de processamento desses lixos e por força de outros interesses económicos, gostaria de saber em que medida poderá ser posta em causa a viabilidade do que aqui foi construído, caso os resíduos de maior poder calorífico sejam encaminhados para tratamento noutras paragens.

Este processo foi feito e pensado com um enquadramento à escala regional graças a um primeiro-ministro de boa memória que encaminhou para cá os fundos comunitários que permitiram a construção desta mais-valia na ilha Terceira cofinanciada a 100%. Se houver operadores de processamento de resíduos envolvidos, e com alguma tolerância da Direção Regional do Ambiente, poderá surgir alguma ginástica com o lixo que leve ao incumprimento do que estava inicialmente previsto no planeamento de gestão de resíduos da região.

**Sr. presidente da Câmara:** – Volto a agradecer ao senhor deputado por trazer aqui este assunto e a forma como as questões têm sido colocadas. A hídrica reversível continua no plano de investimentos da EDA e o projeto está praticamente concluído e pronto para avançar. Há uma surpresa positiva nos resíduos que tem a ver com o grau dos deslastramentos que chegámos a temer que atingissem valores na casa dos 40 ou 50% mas vamos situarmos nos 20% o que é muito bom.

A EDA é o principal interessado na construção da energia reversível e em março iniciará os ensaios com a geotermia. A partir do momento do arranque da geotermia, quem ficará com problemas é a própria EDA porque a regra diz que o último a chegar será o primeiro a sair da rede e se alguém tiver que deslastrar é a geotermia por surgir depois da incineradora, o que significa que o problema que atualmente estamos a tentar resolver na incineração será transferido em boa parte para a geotermia. A EDA e a CAEN, as empresas operadoras do parque eólico da serra do Cume são os grandes interessados. Haverá muitos dias em que sairá a geotermia, nós sairemos a seguir e depois saem eles sempre nesta sequência. Terá maiores vantagens quem estiver mais atrás, estou convencido de que os interesses do grupo EDA levarão a isso e é do interesse de todos que o investimento se faça.

Quanto às declarações proferidas, sei tanto como o senhor deputado através do jornal. Gostaria de saber mais mas vou tentar saber.

Na ilha Graciosa está a ser testado um sistema de baterias gigantescas de vários megawatts, uma tecnologia nova defendida por alguns técnicos da EDA, que poderá ser uma alternativa à hídrica reversível.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – E a CAEN está a pressionar porque quer vender baterias.

**Sr. presidente da Câmara:** – Claro, mas esse é outro assunto. Para a TERAMB tanto faz que a energia seja acumulada numa bateria ou em água mas prefiro de longe a hídrica reversível, uma tecnologia com mais de 100 anos de experiência nos Alpes e em tudo o que é região montanhosa porque é flexível, não avaria e não gasta. A primeira experiência das baterias a nível mundial está na Graciosa e a diferença reside na opção por uma tecnologia de ponta ou por outra já super testada; prefiro a segunda mas há muita gente com opiniões diferentes.

Para terminar, e no que respeita ao envio dos resíduos por parte das ilhas do Triângulo, o PEPGRA não estabelece a obrigação mas o decreto legislativo regional estipula que os mesmos deverão ser entregues a um operador devidamente certificado. Não tenho essas responsabilidades e o senhor deputado tem melhor acesso do que eu a um parlamento no qual eu não tenho assento.

A TERAMB está a fazer preços muito bons, a cobrar 25 euros a tonelada à entrada da instalação; podemos praticar este preço por não termos grandes amortizações a fazer devido ao cofinanciamento que tivemos. Não tememos a competição porque não estou a ver que alguém consiga um preço melhor nas imediações sem fazer *dumping*. Cumpra-se a lei com a obrigação de entregar os resíduos a um operador certificado, que nós cá estaremos para ir à luta com quem aparecer.

**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. As questões da incineração são bastante técnicas, passam um pouco ao lado da maior parte dos leigos e torna-se muito fácil

manipular a opinião pública. Sou a favor da incineração mas tenho amigos em S. Miguel que não partilham da mesma opinião e a discussão que tem havido naquela ilha vem um pouco a reboque da questão do aquário e outras soluções relacionadas com o ambiente, estética e decisões político-económicas. Visto que temos uma incineradora, não devemos discutir o que se passa em S. Miguel, sem bem que é conveniente uma visão regional mais articulada.

Se o plano inicial previa a receção de resíduos das ilhas do Triângulo, algo que não está a acontecer, esta Câmara deveria sensibilizar os responsáveis para que se cumpra o que foi inicialmente planeado e projetado. Se as ilhas não estão a cumprir, não se deve a uma falha de projeto mas à necessidade de um ajuste de percurso. Concordo com a postura do senhor presidente da Câmara porque se trata de ganhar dinheiro, estamos prontos para receber resíduos tratados para valorização e devemos rebater essa ideia do caixote do lixo.

**Sr. presidente da Câmara:** – Lembro que houve um debate na Terceira sobre as questões da incineração, foi feito um estudo de impacto ambiental e conseguimos uma grande unanimidade em torno do assunto que é importante manter. É de enorme importância para a Terceira, a solução de um dos mais graves problemas ambientais que temos no atual aterro que não passa de uma lixeira com uma contaminação grave de uma porção importantíssima do aquífero basal da ilha que só diminuirá com a solução que estamos a seguir. Tomou-se uma decisão acertada, muito segura, seguindo tecnologias devidamente testadas com décadas de experiência, um trabalho feito com louvável unanimidade num debate bem conduzido que levou à elaboração do respetivo estudo de impacto ambiental.

Os nossos vizinhos também partilham de uma solução de unanimidade mas começaram a dividir-se por razões que têm a ver com a adjudicação e o assunto já extravasou para outras questões de natureza pessoal e política desagradáveis que só servem para destruir a confiança dos cidadãos nos seus eleitos. Lamento que isso tenha acontecido e não gostaria de ver contaminado um debate que foi feito com seriedade e equilíbrio na Terceira a respeito de assuntos que não são nossos. Agradeço a intervenção do deputado Rogério Sousa que tem razão no que disse. Estamos noutra onda e temos que resolver o problema que vem a seguir.

O problema da falta dos resíduos provenientes das ilhas do Triângulo não é fatal nem importante e implica o gasto de mais ou menos uns euros na retirada de lixo antigo do aterro que cabe perfeitamente no que a TERAMB é capaz de fazer.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo, senhores deputados municipais. Na ilha Terceira tudo foi muito claro com uma discussão muito alargada que contou também com o envolvimento do professor Félix Rodrigues. Talvez pelo facto de possuímos muitos engenheiros com formação na área do ambiente, houve a possibilidade de uma discussão clara e técnica sem a contaminação de medos a respeito do que deve ser uma central de valorização energética versus uma incineradora clássica.

O PEPGRA obriga-nos a uma taxa de reciclagem enorme que pode levar à tentação de alimentar uma central de valorização energética com um determinado lixo fresco e com uma grande capacidade calorífica que poderia ser reciclado por outros meios. Temos o espírito de colocar apenas os resíduos que não possuam outra alternativa e estamos a quilómetros de distância de atingir esse desígnio.

As linhas mais ambientalistas de S. Miguel cavalgaram para esta onda de dúvidas a respeito do projeto de adjudicação que, depois de explicado, é claríssimo. Acontece que o primeiro projeto era de leite fluidizado muito mais caro, que permitia colocar lá para dentro os subprodutos de matadouro sem qualquer tratamento prévio e tudo contribuía para valorização energética, mas voltaram atrás e têm agora uma tecnologia equivalente à nossa numa escala maior que permite uma maior eficiência através de um parque de triagem e pré tratamento para material de matadouro.

Esta discussão é boa para os dois lados. Se a valorização energética não deve contribuir para contaminações ambientais, acaba por se tornar num bicho papão por ser altamente tentador não enveredar no sentido de uma maior recolha seletiva e aproveitamento de material que pode ser reciclado por outras vias, daí virem com a questão do tratamento mecânico-biológico (TMB) que garante a queima do que não tiver outra alternativa. Ou bem que isto é feito devido à tecnologia, ou deverá sê-lo por via da educação da população. Para se evitar custos elevados, percebo que se caia facilmente na tentação de adicionar lixo com maior capacidade calorífica e menor preocupação com a valorização energética, o que nos leva a uma segunda fase de discussão consciente e alargada a respeito da nossa incineradora.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Este debate está a ser bastante construtivo no tom que a questão merece mas não está presente qualquer comunicação social nesta sessão da Assembleia Municipal que é pública, nem sequer a empresa de conteúdos audiovisuais que presta serviço à Câmara Municipal. A presença da comunicação social seria importante sobretudo numa altura em que os eleitos, locais ou regionais, também gozam de uma má fama, talvez a pior possível. Se o nosso trabalho não for divulgado e tornado público, não poderemos fazer a necessária pedagogia acerca da importância das nossas ações na democracia que todos professamos.

Isto é para si, senhor presidente da Assembleia: se calhar, convinha que fossem contactados os órgãos de comunicação social no sentido de poderem estar cá presentes para relatarem o que aqui se faz dentro dos ideais e sensibilidades de cada um a bem do município que todos jurámos defender. Começa a ser grave que noutras sessões da Assembleia se façam grandes parangonas jornalísticas por coisas pequenas e não tenhamos cá ninguém da comunicação social quando debatemos assuntos importantes como este, os debates de orçamento e outros temas da agenda do dia. Não está cá ninguém para relatar o que aqui se faz e depois emitem-se opiniões na mesma comunicação social acerca da má qualidade do nosso trabalho.

**Sr. presidente da Mesa:** – O que o senhor deputado disse não é nenhuma novidade mas as nossas reuniões são comunicadas aos órgãos sediados na ilha. Além do envio da agenda dos trabalhos para os diversos órgãos de comunicação social, cheguei a telefonar a cada um dos seus diretores e só falta trazê-los ao colo, o que não farei. Se bem me lembro, há mais de dez anos que a RTP não põe os pés nesta casa para a cobertura das sessões da Assembleia Municipal...

**Sr. presidente da Câmara:** – E de outras também.

**Sr. presidente da Mesa:** – Em S. Miguel fazem por três vezes a cobertura de algumas sessões de lançamento de livros e outros eventos e aqui, nada.

**Sr. presidente da Câmara:** – Houve aqui a questão da Cruz Vermelha que foi indiscreto.

**Sr. presidente da Mesa:** – O senhor deputado tem toda a razão na sua observação mas não é por falta da nossa comunicação que os órgãos de comunicação social não estão aqui presentes.

**Sr. presidente da Câmara:** – A empresa de audiovisuais aqui referida estará cá às 11 horas para fazer uma entrevista aos líderes parlamentares porque não são propriamente uma empresa de jornalismo e não têm essa capacidade.

Há pouco tempo nesta sala o Secretário de Estado da Defesa deu posse à comissão local da Cruz Vermelha num processo altamente contencioso no fim de um longo e controverso percurso. A RTP não esteve presente, o que é uma pena porque o assunto era importante, mas no dia seguinte lá estavam eles em Ponta Delgada porque vi nas notícias.

**Sr. presidente da Mesa:** – O próprio Diário Insular publica a Ordem do Dia que é paga e nem por essa razão está cá presente. Lamento imenso que assim seja e da nossa parte só falta fazer-lhes uma espera, cercá-los e obriga-los a cá virem.

## **D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1 – DA CÂMARA MUNICIPAL**

#### **1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2016, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Do ponto de vista da informação municipal tivemos a continuação da informação prestada na anterior sessão da Assembleia e no que respeita ao período do Natal tivemos um dos anos com maior animação e um bom reporte de vendas na cidade. São excelentes notícias porque a economia beneficiou muito neste período e creio que valeu a pena o esforço feito pela Câmara do Comércio e pela Câmara Municipal no sentido de animar a cidade. As coisas foram muito melhores do que em anos anteriores e esperamos que seja o princípio de uma recuperação económica porque bem precisamos.

Houve uma marcada retoma na construção, quer no número de pedidos de licença, quer no tipo de obras e há muita casa a ser recuperada com particular concentração na zona urbana, o que é uma excelente notícia. Uma matéria conexas tem a ver com a entrada em vigor da linha de financiamento do IHRU que, através de um contrato com o Banco Europeu de Investimentos, financia até 90% a reabilitação de casas para arrendamento em todas as freguesias do concelho, o que já despertou o interesse de algumas pessoas. Espero que muitas mais adiram já que estes empréstimos apresentam condições extraordinariamente benéficas e não exigem qualquer análise da situação financeira de cada um. A única garantia é o próprio imóvel que tem que ter mais do que 30 anos e o seu valor deverá cobrir o valor do empréstimo. Isto é importante especialmente para os jovens que têm grandes dificuldades em obter crédito bancário e cobre todo o nosso território desde os Altares a S. Sebastião.

As obras em curso têm decorrido com toda a normalidade e as situações mais difíceis verificam-se na pavimentação junto aos bombeiros que provoca interferência no trânsito mas tudo avança de acordo com o esperado. Para o nosso «candidato» e dando desde já uma informação mais avançada, temos algumas obras de regime adjudicadas como a recuperação da casa ao lado do jardim que está a seguir os seus trâmites para obtenção do visto. O edifício foi projetado pelo arquiteto Siza Vieira e começará a ser construído este verão.

Está também em curso a obra de alargamento do jardim. A *start up* será inaugurada dentro de pouco tempo e está concluída a primeira parte do passeio pedonal da ligação entre a baía e o Fanal. Aquela rua por detrás do Club Náutico que tinha um perfil horrível e estava a desfazer-se, está toda arranjadinha e dá gosto por lá passar, assim como a ligação ao Relvão que está pronta, e a obra por ali acima e depois até ao Fanal já está adjudicada.

A outra grande obra da proteção costeira do Fanal aguarda que aprovemos aqui hoje uma alteração orçamental para se lançar de imediato o concurso para a sua adjudicação visto que o projeto está pronto. As grandes obras vêm a caminho e falta o mercado cuja intifada da primeira pedra começa agora, o que dificulta a vida ao «candidato».

A questão financeira será discutida com alguma profundidade na próxima sessão da Assembleia quando aprovarmos a conta mas acabámos bem o ano com uma situação equilibrada e uma excelente execução.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Coloco ao senhor presidente da Câmara o meu habitual questionário tendo em conta algumas situações que gostaria de ver esclarecidas. A primeira tem a ver com a vinda da companhia *low cost* que começou a operar em época baixa e está a levar os terceirenses ao continente para fazerem algumas compras em vez de trazer turistas; traz

alguns mas não tantos quantos como se desejaria. Se calhar, seria necessário promoção a sério do turismo do nosso concelho e da ilha de modo a potenciar ao máximo a presença da Ryanair na ilha Terceira.

Voltando à questão recorrente da praga de pombos, gostaria de saber o que tem sido feito, sendo que se reproduzem menos no inverno e é uma altura boa para os caçar. Salienta-se também no relatório da atividade municipal um conjunto de empreitadas lançadas ao nível das redes de águas. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos explicasse o que está a acontecer e denunciou o estado lastimável em que se encontra o jardim dos Côrte-real que parece mato. Situando-se entre o centro da cidade, a Prainha e a requalificada marginal de Angra que liga o Porto das Pipas ao Clube Náutico, seria importante que aquela zona se mantivesse mais ajardinada e com outros cuidados.

De relatório em relatório de atividades somos confrontados com obras constantes na escola da Ribeirinha. O que se passa com aquele projeto de má memória? Aquilo está assim tão mau, senhor presidente? Ramo que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.

Como a atividade tem sido muita, gostaria que nos indicasse um valor aproximado do custo mensal ou anual da sucessão de concertos que se fazem naquele terrível palco que o senhor presidente teima em colocar em frente à sede do município...

**Sr. presidente da Câmara:** – É o palco mais amado desta terra, por isso é que os senhores perdem sempre as eleições. Explique isso ao «candidato».

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O senhor presidente falou-nos da situação económico e financeira da Câmara mas há neste relatório da atividade municipal um ponto que me parece preocupante e tem a ver com a atribuição de cabazes e refeições. Cinquenta cabazes para o Banco Alimentar não serão muito significativos mas 1 040 refeições à AMI já o são, o que significa que a pobreza está a crescer no nosso concelho. Isto vem ao encontro das preocupações do PSD em potenciar e dinamizar a economia para gerar riqueza e emprego enquanto se presta cada vez mais apoio social e aumentam os pobres que procuram a sua refeição e apoio nas instituições que abordam estes problemas.

Desculpe bombardeá-lo, mas uma outra polémica tem a ver com a utilização de fitofármacos no combate a plantas infestantes nos caminhos e zonas públicas do concelho. Há municípios que estão a substituir esses químicos pelo uso de água salgada que terá que ser mais frequente mas queima as plantinhas. Teremos que averiguar das condições e da viabilidade de substituição destes fitofármacos por água salgada ou outros métodos.

O relatório da atividade municipal dá conta de que o corte dos salgueiros do Relvão se deveu a doença. Será que estavam todos doentes? Ser árvore em Angra é muito difícil, sobretudo para as mais velhas que se arriscam a ser decapitadas. As árvores do concelho sofrem bastante, senhor presidente.

**Sr. presidente da Câmara:** – Temos feito um enorme esforço em matéria de promoção com algum sucesso. Encomendámos à Bloom Consulting um estudo da imagem e do grau de visibilidade do concelho e da ilha, obtiveram-se resultados bastante interessantes e o relatório da empresa poderá ser disponibilizado pelo senhor vereador Guido Teles.

Creio que a Câmara Municipal de Angra é a entidade que mais promove a ilha Terceira, temo-lo feito bem mas temos que acelerar e procurar outros parceiros para este processo. A retoma económica sente-se mas sou muito céptico em relação a estas questões e estamos muito longe de uma situação confortável. Já andámos pelos 19% e atualmente vamos nos 10% de desemprego, o que não é nada bom numa economia pequena como a nossa.

É preciso aferir da sustentabilidade destes picos de crescimento provocados pelas *low cost*. O ano 2016 apresentou um crescimento extraordinário mas é necessária alguma prudência porque

uma andorinha não faz a primavera. Não diria que o turismo na Terceira atingiu patamares de sustentabilidade e ainda é cedo para termos uma visão clara sobre o assunto.

Felizmente a pobreza não tem aumentado mas também não tem diminuído. Temos um serviço social que funciona melhor e chegámos um pouco mais longe com a criação de um conjunto de parcerias. O nível de financiamento é mais ou menos o mesmo e temos tido um grande cuidado no sentido de evitar que as pessoas passem fome nesta terra, graças também ao trabalho da vereadora Catarina Matias e de todos os que trabalham nesse setor e lidam diretamente com a situação. É um dado indisputável que temos muita gente pobre nesta terra.

Os pombos continuam a ser um problema, já se mataram alguns e vamos ver como as coisas funcionam.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Essa é uma não resposta, senhor presidente.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não sei nada sobre pombos. Quanto às redes de águas, os Serviços Municipalizados estão a fazer um conjunto de investimentos importantes, entre os quais o que se iniciará nos próximos dias na Canada das Almas com a substituição de uma rede antiga que apresenta alguns problemas e o reforço da rede de abastecimento à parte leste do concelho com o aproveitamento da obra que a Secretaria das Obras Públicas ia fazer na descida para a Serretinha que está interrompida devido a um problema surgido com o Tribunal de Contas e espero ver retomada brevemente. Temos o concelho todo servido com uma água excelente mas queremos evitar surpresas desagradáveis no caso de um ano de dificuldades hídricas.

O jardim dos Côrte-real é uma questão de gosto. Estava uma porcaria, foi todo pintado, arranjado e plantado em colaboração com a junta de freguesia da Sé e desde já agradeço à senhora presidente da junta que se encontra aqui presente. Há quem o considere um excelente jardim e agora estão na moda os jardins com aquelas graminhas exóticas. O trabalho está à vista e não há falta de cuidado.

No que respeita à escola da Ribeirinha, temos um péssimo projeto e vamos demorar anos a acertá-lo. Quanto aos fitofármacos, o Governo da República anunciou a sua proibição e deixaremos de os usar a não ser que surja legislação regional que encaminhe as coisas noutro sentido. Isso resultará numa enorme perda de eficiência no funcionamento da limpeza urbana mas já encomendámos uma monda térmica, um equipamento que está na moda, contamos recebê-la dentro de um mês, vamos fazer um teste nesta primavera mas creio que vai correr mal.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Há municípios a utilizarem água salgada, algo que dispomos em abundância. Será que funciona?

**Sr. presidente da Câmara:** – A água salgada apresenta gravíssimas complicações para a generalidade das plantas e cá não deve funcionar porque vivemos à beira-mar e a maior parte das que temos nas calçadas está adaptada à ressalga. Poderá funcionar em zonas muito distantes do mar com outro tipo de vegetação mas duvido porque, se assim fosse, ninguém compraria os herbicidas à Monsanto. Quando for proibida a utilização dos fitofármacos através do decreto-lei que será publicado, ao que parece no próximo mês, teremos que passar à fase seguinte com recurso a todas as técnicas que por aí surgirem.

Não gosto de cortar árvores mas, no caso dos salgueiros do Relvão, tratou-se de uma questão de eutanásia. As térmitas da madeira seca transformaram-nos em gigantescas termiteiras, destruindo-lhes o interior e estavam a provocar a queda de grandes ramos sobre a rua em baixo. Além disso, aqueles salgueiros nunca deveriam ter sido ali plantados, estiveram lá tempo a mais e as raízes causaram grandes danos ao muro de suporte da esplanada do castelo por isso tiveram que ser retirados e teremos que plantar outras árvores mais atrás.

**Sr. d. m. Péricles Ortins:** – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados. Em primeiro lugar quero congratular-me com a iniciativa louvável do mapa da cidade de Angra e da ilha Terceira que é muito útil para quem nos visita e nos vem perguntar onde estão as coisas.

Há tempos trouxe a esta Assembleia um pedido de vários municípios para que o circuito do mini bus se mantivesse pela Silveira e S. Pedro durante o inverno, o que voltou a acontecer e os locais pedem-me para salientar tal facto, mas outros há que manifestam a preocupação pelo facto de a rede dos mini autocarros continuar a não servir devidamente o Centro de Saúde como também referi na outra sessão da Assembleia. Se um dia esse itinerário puder ser revisto, seria muito útil para quem pretenda deslocar-se àquela unidade de saúde.

Por último, e de acordo com uma dúvida que me foi colocada, pergunto ao senhor presidente da Câmara se aquela rampa da Silveira se encontra finalizada mantendo todas aquelas cores.

**Sr. presidente da Câmara:** – Além do mapa da ilha, que já vai para a Terceira edição com alguns melhoramentos, foi também disponibilizada uma aplicação que tem tido um enorme sucesso.

No que respeita ao percurso do mini bus, reestruturámos a carreira 146 com um novo percurso para servir melhor as pessoas da parte alta da cidade na zona de S. Bento e por cima de Santa Luzia, cortámos um percurso que era feito em vazio pela circular porque ninguém parava ali e fizemo-la passar de forma permanente pela Silveira. A carreira faz uma paragem a 50 metros do Centro de Saúde e não é possível fazê-la entrar na via sob pena de aumentarmos o tempo de percurso que já é de 42 minutos.

As cores da rampa da Silveira serão aquelas. Tínhamos projetado a elevação do passeio mas chegou-se à conclusão de que seria perigoso porque a ribeira junto à bomba de gasolina por vezes extravasa e temos que a encaminhar por ali abaixo. Se fizéssemos ali uma barreira, a água acabaria por entrar pela porta do hotel e foi preciso fazer o rebaixamento que têm visto nos últimos dias para se criar ali uma espécie de fusível para encaminhar a ribeira para o mar no caso de ela voltar a descer a circular. Falta colocar um corrimão que separa o vermelho do cinzento para as pessoas mais idosas subirem por ali e um outro em cima do muro que é manifestamente baixo.

**Sr. vereador Guido Teles:** – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores deputados municipais. A questão da desvinculação da Câmara Municipal da ART faz parte da Ordem de Trabalhos mas aproveito para justificar as razões dessa decisão. Embora o tema estivesse em debate há alguns anos, há a intenção de avançar a breve trecho para a fusão da ART e da ATA numa única associação de promoção do turismo dos Açores. Pagávamos uma cota fixa anual de cerca de 15 mil euros e cada vez que pretendíamos um trabalho específico para a promoção de Angra do Heroísmo, tínhamos que o financiar à parte. Considerámos que esses custos não se justificavam e pedimos a desvinculação da Associação Regional de Turismo, uma postura que foi seguida pelas câmaras municipais de Velas e da Calheta.

Em relação ao impacto turístico, apesar da operação *low cost* ter-se iniciado em época baixa, os resultados têm sido bastante positivos como tem sido demonstrado com grande evidência pelos dados estatísticos que têm sido publicados em relação ao turismo na ilha Terceira. Numa fase inicial verificaram-se taxas de crescimento acima dos 140% no último ano e aumentos de duas casas decimais acima dos 20% em comparação com os meses homólogos do ano anterior.

Este estudo foi encomendado à Bloom Consulting para percebermos em detalhe a procura a nível nacional e internacional no Google e outros motores de busca, por Angra do Heroísmo ou outra palavra-chave relacionada com o turismo, os negócios ou qualidade de vida. Pretendemos assim ter uma noção desta procura com uma relevância muito grande no mercado turístico



internacional porque há dados concretos que evidenciam que cerca de 70% das pessoas que pretendam fazer uma viagem turística, a primeira coisa que fazem é a consulta na internet sobre o seu destino.

Este estudo fez um levantamento de todos os concelhos dos Açores em comparação com Angra do Heroísmo e outros cinco destinos turísticos que escolhemos como pressupostos de referência. À exceção de Ponta Delgada, com uma procura de quase 80% relativamente aos municípios dos Açores, constatámos a existência de procuras muito reduzidas relativamente aos restantes concelhos, verificando-se assim uma grande necessidade de se trabalhar uma marca específica para cada um deles de modo a competirem dentro deste mercado interno, um trabalho que estamos a realizar neste momento.

Começámos a preparar um novo *site* organizando conteúdos relativos ao turismo e todas as empresas ligadas ao setor. Essa informação está disponibilizada embora tenhamos a noção da necessidade de a organizar sob uma perspetiva de *story telling* que hoje em dia é utilizada nos principais mercados turísticos mundiais.

A aplicação «Visit Angra» começou com cerca de 100 pontos de interesse turístico, neste momento ultrapassa os 200 e permite uma consulta à agenda municipal com a divulgação dos eventos organizados pelo município e outros promovidos por privados. A somar a tudo isto está o esforço que temos vindo a fazer sobretudo ao nível da contratação de *spots* nas televisões nacionais à semelhança do que fizemos nos últimos dois anos, assim como a divulgação nos terminais multibanco em Lisboa e no Porto e a transformação digital dos nossos meios de comunicação com vista à promoção das viagens para o verão.

A nossa página na rede social *facebook* apresentou desde 2013 um crescimento desde os cerca de 3 mil para os mais de 16 mil seguidores. Neste momento estamos situados entre os 30 ou 40 municípios com maior capacidade de propagação de informação através do *facebook* em Portugal o que é muito importante, tendo em conta a utilização das redes sociais a todos os níveis pessoais e profissionais.

**Sr. presidente da Mesa:** – Creio que temos dois problemas graves em relação ao mercado interno e não me parece que invertamos a situação com novas estratégias por parte de cada município da região. Por um lado, o desconhecimento dos Açores no mercado interno é uma realidade e temos uma capacidade de manobra reduzida. Em segundo lugar temos outro problema relacionado com os principais órgãos de comunicação social, mais concretamente a televisão, que mencionam apenas Ponta Delgada quando se referem aos Açores. Se fizessem referência pelo menos aos três eixos das capitais de distrito, teríamos uma melhor diversificação. Por essa via, é perfeitamente justificável que a procura se direcione a Ponta Delgada e não a Angra do Heroísmo, Horta ou outra qualquer. É preciso ter isto em conta em qualquer análise que se faça aos resultados das buscas.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, muito bom dia. Gostaria de referir que, ao entrarmos no *site* da Ryanair aparecem logo chamadas de atenção para 15 destinos e o da Terceira é o único que não contém uma fotografia.

A respeito da escola da Ribeirinha, pergunto se não se irão imputar responsabilidades a quem elaborou ou aprovou o projeto que, por ser efetivamente mau, está a lesar o orçamento do município com obras sucessivas de reparação e correção e, que eu saiba, as coisas ainda não prescreveram. Estou a questionar o senhor presidente sobre essa responsabilização porque as pessoas devem ser remuneradas de acordo com a importância dos seus cargos e funções mas devem ser também responsabilizadas quando as suas más decisões levam à lesão do bem público.

Mudando de assunto, quero dar os parabéns à Câmara pela programação do Natal passado e pela iluminação da cidade que estava lindíssima.

**Sr. presidente da Câmara:** – Quem merece os parabéns é o Paulo Mendonça que a desenhou.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – A rua Direita era a minha preferida porque achei aqueles presentes de muito bom gosto. Achei menos positivo o excesso de «tralha» que havia na Praça Velha desde o palco aos insufláveis, passando pelas barraquinhas, mesas e cadeiras e aqueles presentes iluminados que acabavam por criar alguma confusão quando a praça enchia de gente. O coitado do pónei queria dar um passeio com as crianças ao sábado e ao domingo mas tinha grande dificuldade. Havia ali um grande «entulhamento», ainda mais complicado com os carros estacionados à volta da praça.

**Sr. presidente da Câmara:** – É o nosso espírito da tourada.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Para fugir um pouco ao habitual, desta vez não vou falar apenas em números. O relatório da atividade municipal refere que houve atendimento aos arrendatários de habitação social com dívidas de renda. Gostaria de saber se foi possível a celebração de planos de pagamento, quando podemos avaliar se os arrendatários os estão a cumprir e quais as consequências dos incumprimentos.

Relativamente à investigação e estudos, falam numa bactéria chamada *xylella fastidiosa*. Após alguma pesquisa na internet verifiquei que afeta apenas espécies agrícolas e florestais. Gostaria de algum esclarecimento a respeito do seu possível impacto ao nível da saúde pública ou se seca apenas as plantinhas que acabam por morrer decapitadas como os salgueiros.

Foi criado um grupo de trabalho multidisciplinar para a definição e implementação de um plano de atividades ambientais que reuniu a 18 e a 27 de janeiro e gostaria de saber se houve algum *output* dessas reuniões.

No que, julgo ser uma falha a respeito do turismo, fala-se na realização de um *workshop* de turismo internacional na universidade de Salzburgo. Da maneira como a frase está construída ficamos sem saber se o *workshop* se realizou cá ou lá.

**Sr. presidente da Câmara:** – A universidade de Salzburgo é que veio cá.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – No que toca a fundos comunitários, não pude confirmar na página dos Açores 2020 a aprovação das candidaturas porque o ficheiro disponível é o de outubro de 2016, o mesmo que estava disponível na última sessão da Assembleia. De qualquer modo e pelo documento que nos disponibilizam aqui, neste momento estão candidatados cinco projetos, dois aprovados, três em apreciação e um em introdução.

Na última Assembleia o senhor presidente da Câmara disse ter garantias internacionais que a empreitada do Centro Interpretativo e o percurso pedestre Fanal/Relvão estavam aprovados em fase de validação e procedimentos concursais. Neste documento temos o percurso pedestre em introdução, ainda não foi submetido à candidatura e o Centro Interpretativo não aparece. Não percebo que garantias o senhor tem de aprovação de um projeto que ainda não foi submetido nem analisado e gostaria que nos esclarecesse esta situação.

Agradeço a disponibilização dos documentos do balancete das GOP em formato Excel mas infelizmente não serviram de nada; os números estão formatados para texto com pontos e não os consigo trabalhar porque não são reconhecidos como valor. Peço o devido cuidado na correta formatação do ficheiro para disponibilização na próxima reunião da Assembleia para que possamos trabalhar os valores.

Se estamos a analisar a situação financeira da Câmara entre 1 de outubro e 31 de dezembro de 2016 não percebo porque é que os documentos da posição da receita, despesa e GOP são já de 2017. Fui confirmar e na sessão da Assembleia de fevereiro do ano passado aconteceu a mesma coisa; estávamos a analisar a atividade municipal até dezembro de 2015 com documentos de

2016. É certo que na próxima Assembleia analisaremos a execução do orçamento mas agora poderíamos ter já uma noção do que aconteceu durante o ano.

**Sr. presidente da Câmara:** – A Praça Velha atrai muita gente e ainda bem que assim é. Tivemos uma afluência excecional o que nos leva a pensar em criar mais espaço para pessoas em edições futuras.

Quanto à escola da Ribeirinha e no que respeita a responsabilizações, o empreiteiro pagou o que dizia respeito às responsabilidades na empreitada e as questões referentes ao projetista são um pouco mais complicadas porque o mesmo alegou que fez o projeto que lhe foi encomendado e não me parece que consigamos resolver o assunto.

Têm-se vindo a fazer os planos de pagamento referentes às rendas de habitação social mas continuamos com um elevado grau de incumprimento. As coisas têm vindo a melhorar mas com 436 casas as dificuldades são muitas e a dívida das rendas situa-se num valor superior a 400 mil euros.

A bactéria *xylella fastidiosa* tem apenas a ver com sanidade vegetal e não há motivos para preocupações. As questões ambientais têm a ver com a recuperação e criação de um parque na Matela.

Quanto aos fundos comunitários, tinha sido feita uma candidatura conjunta com a proteção costeira mas deve seguir para eixos diferentes. A candidatura teve que ser retirada e subdividida em duas.

Quanto aos documentos em Excel, peço imensa desculpa mas vêm com aquele formato da contabilidade e vamos analisar o assunto.

Tivemos que refazer todo o processo e submeter um novo concurso do Centro Interpretativo porque o anterior ficou deserto. O valor base do concurso teve que ser aumentado, creio que para 2,4 milhões de euros e a obra encontra-se adjudicada à TREPA - Construção Civil.

Quanto à posição orçamental, é basicamente aquela do dia em que o documento foi preparado, deveria ter sido mudada a data e teremos atenção a isso da próxima vez.

**Sr. vereador Guido Teles:** – Há cerca de um mês comunicámos à Secretaria Regional do Turismo, Ambiente e Energia a questão da falta da imagem no *site* da Ryanair e comprometeram-se a remeter o assunto à ATA.

**Sra. d. m. Michele Aguiar:** – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Aconteceu esta semana um acidente na circular externa. Não é a primeira vez que vejo um carro pendurado numa passagem de peões que é muito utilizada todos os dias àquela hora e não há nenhum mecanismo de segurança que proteja de um eventual despiste quem por ali passa.

Chamo também a atenção para as dificuldades de quem pretende virar à direita na rua de S. João. Por vezes os condutores têm que fazer várias manobras para conseguirem entrar na rua da Rosa devido aos constantes constrangimentos provocados por algumas viaturas mal estacionadas.

**Sr. presidente da Câmara:** – Os acidentes na Ponta do Muro são uma grande preocupação e a solução ideal seria o redesenho de toda aquela via. A inclinação daquela saída não é regulamentar e provavelmente nem deveria existir porque há uma outra cerca de 20 metros mais adiante. O terreno está disponível e permite a construção de duas faixas de acesso àquela rotunda em que uma delas serviria de acesso ao Lameirinho. Isso foi discutido há 20 anos e manifestamente aquela é uma péssima solução do ponto de vista do trânsito. Cria-se ali um engarrafamento desnecessário só para resolver um problema de quatro ou cinco casas em que os moradores poderiam descer o Lameirinho e virar à direita na via imediatamente abaixo. Já manifestei esta minha opinião mas não nos cabe decidir porque a via não é da nossa gestão.

Quanto ao acesso à rua da Rosa, há várias outras ruas com o mesmo problema porque as pessoas estacionam demasiado perto do cruzamento causando enormes inconvenientes. Havia um problema similar neste canto onde se fez uma bochecha com o aumento do passeio, assim como no início da rua da Garoupinha.

Temos apenas uma equipa com cinco calceteiros que estão neste momento a alargar o passeio junto aos correios onde não se conseguia passar com uma cadeira de rodas e logo que acabem esse serviço hão de ir colocar outras bochechas em três ou quatro ruas, incluindo a rua da Rosa. Nada disto aconteceria se todos cumpríssemos a lei, mantendo a distância de cinco metros dos cruzamentos em vez de 50 centímetros. A única solução é o alargamento do passeio para tornar óbvio o impedimento de ali se parar o carro, o que não garanto porque alguém há de acabar por parar em cima do passeio mas aí já será um pouco mais escandaloso.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Gostaria de saber se o estudo realizado pela Bloom Consulting poderá ser disponibilizado aos membros da Assembleia.

**Sr. presidente da Câmara:** – Podemos disponibilizar-lhe o documento em papel que se encontra ali ao lado.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Não estranho que a cidade de Angra não apareça nas pesquisas devido a um problema de posicionamento claramente definido em relação a Ponta Delgada e a S. Miguel além de outras questões levantadas pelo senhor presidente da Assembleia. A ilha de S. Miguel e a cidade de Ponta Delgada em particular, assim como a ilha do Pico, definem claramente o que estão a vender.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não é o que refere a Bloom Consulting.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – O Faial já teve uma marca que deixou de trabalhar e entretanto morreu, por isso pergunto qual o conceito de turismo que a Câmara de Angra está a pensar implementar para o concelho ou para a toda a ilha visto que todos ganharemos com isso.

**Sr. presidente da Câmara:** – O estudo da Bloom Consulting revelou que a ilha do Pico não apresenta qualquer tipo de imagem e encontra-se muito longe da Terceira que está muito melhor nessa matéria. Estamos um pouco longe num segundo patamar mas os que se encontram nos patamares seguintes, mais longe estão; é isto que acontece no arquipélago dos Açores.

Temos que entrar na promoção e criação de marcas, um assunto complexo com uma componente técnica difícil. Tem havido reuniões sobre essa matéria nos últimos dias, essa empresa apresentou um conjunto de sugestões, terá que ser feito um trabalho que envolve a consulta de várias entidades e não me parece boa ideia que promovamos a ilha Terceira sozinhos. Na última semana tive a oportunidade de visitar a ilha Graciosa sobre esta matéria, temos que nos coligar no sentido de criarmos uma imagem com centralidade em Angra e uma abrangência que envolva as ilhas vizinhas, uma questão complexa que exige tempo e algum investimento. Os consultores propuseram várias imagens apelativas em torno da natureza, do património e da nossa história, teremos que escolher uma mas não me sinto capacitado para o fazer.

**Sra. d. m. Isabel Berbereia:** – Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e executivo, caros colegas, muito bom dia a todos. Partilho a ideia de que devemos ser atrativos para que sejam os turistas que nos visitam o meio de divulgação positiva da nossa terra. Somos reconhecidos pela nossa capacidade de organizar bons eventos culturais, temos um belíssimo cartaz das Sanjoaninas, a época do ano em que maior número de pessoas são atraídas à nossa ilha e fazem com que o nome de Angra chegue mais longe, mas teremos muito a ganhar se formos originais na apresentação de outros cartazes com destaque a nível cultural que nos podem tornar ainda melhores do que os outros. Devemos procurar atrair as pessoas com a

promoção de eventos com base na nossa história, monumentos e circuitos e facilitar a articulação com as outras ilhas.

Há duas semanas vinha um artigo no Diário Insular em que um jornalista americano referia que o pacote para chegar à Terceira era muito atrativo, o grupo estivera quatro ou cinco dias num hotel de quatro estrelas e vinham com a expectativa de visitar outras ilhas mas o custo da deslocação era muito mais elevado do que a ida para o continente, o que espantou esse especialista em matéria turística. Como se compreenderá, é importante que os turistas que nos visitam possam também chegar a outras ilhas. Não conheço as soluções mas algo terá que ser feito e penso que esta Assembleia terá uma vontade unânime que isso aconteça.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Discordo com a conclusão de que o Pico não possua uma imagem turística. Pelo que entendi da explicação do senhor vereador Guido Teles, é feita uma avaliação da pesquisa nos motores de busca. Atualmente a pesquisa é feita por «subida à montanha», «whale watching», etc. e existe o *site* «triangle» com links específicos direcionados para diversas atividades. Como o Pico possui já uma imagem de marca e é um destino consolidado, ninguém procura pela forma generalista «ilha do Pico» como se faz para a Terceira porque os turistas não sabem o que vêm cá fazer.

Se bem me lembro, há um ano o senhor secretário que na altura tinha os transportes, as obras públicas e o turismo, que agora perdeu, veio anunciar que tinha negociado com a Google em que a região pagaria vários milhões para aparecermos numa posição privilegiada cada vez que alguém procurasse pela palavra Açores. Seria importante percebermos melhor este entendimento entre a região e a Google e quais as palavras a usar na busca para aparecermos nos primeiros lugares da lista e nos tornarmos mais eficientes. Os turistas querem ouvir histórias da carochinha, que a bruxa veio no equinócio e que o galeão dos piratas se afundou não sei onde. Acho bem que, em vez daquele rigor histórico contado de forma entediada, se faça uma mudança dos conteúdos para a versão «contar histórias».

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Sem querer repetir a minha colega Graça Silveira e apesar de não ter consultado o referido estudo, tenho sérias dúvidas de que seremos uma marca mais consolidada do que o Pico porque normalmente os resultados são uma consequência da formulação das perguntas. Se perguntarmos às pessoas se são a favor da guerra ou da paz, a maior parte responderá que é a favor da paz. Se lhes perguntarmos a opinião a respeito das despesas em armamento, dirão que são contra mas decerto serão a favor da defesa da soberania da sua nação.

**Sr. presidente da Câmara:** – Foi isso mesmo; o senhor candidato acertou...

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – O senhor está muito preocupado com isso... Sem assumir nada do que está a dizer, tem razões para estar preocupado.

A ilha de S. Miguel tem a sua marca, o Pico tem a sua marca, o Faial já a teve e a Terceira continua sem a ter. Sabendo-se da importância do turismo para esta ilha e da vinda das companhias *low cost*, é dramático que o senhor nos diga que desconhece a marca turística e o conceito a aplicar ao turismo de Angra do Heroísmo e da ilha Terceira...

**Sr. presidente da Câmara:** – Belo registo de campanha eleitoral.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Ao fim de quatro anos o senhor não resolve o problema do trânsito e do conceito turístico e continuamos neste adiamento. Duvido que nesse estudo esteja definido o conceito mas vamos aguardar.

**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – Quero partilhar a minha opinião corroborada com alguma experiência *online* de empresas parceiras e outras pessoas que vão partilhando algumas ideias. Gostaria que o senhor deputado Francisco Câmara nos dissesse qual a imagem de marca da ilha de S. Miguel e discordo desta ideia embrulhada de se tentar vender uma marca ou uma ilha. Por

uma questão geográfica temos um problema que as ilhas do Triângulo não têm devido a um trabalho aturado de sinalização, identificação e de *cross reference* de informação, algo que não estamos a fazer.

Não existe uma imagem da ilha Terceira no site da Ryanair por haver menos imagens da ilha Terceira a circular na net em relação a outros destinos turísticos. Diz-se por aí que devemos fazer um estudo para encontrarmos a nossa imagem que é diversificada desde a nossa história de quase 600 anos, passando pelas tourada e pelo Algar do Carvão até à nossa ligação com S. Miguel e todas as outras ilhas. O problema é que não sabemos escrever e falar de nós ou dos nossos produtos a não ser através de estudos encomendados a outros.

Na minha opinião, esta Câmara tem optado por uma boa estratégia de divulgar o que ver, onde comer, o que fazer e onde estar e disponibiliza uma aplicação dos roteiros para que os turistas se possam movimentar sozinhos, além da informação da história deste edifício e de um conjunto de outras publicações que são mais-valias para o conhecimento desta cidade e da nossa ilha.

Temos um défice de produção de conteúdos sobre a ilha Terceira comparativamente a S. Miguel, um trabalho que não compete apenas à ATA, à ART ou aos agentes turísticos e nem será a Secretaria Regional do Turismo a resolver os problemas da ilha Terceira, porque isto muda de seis em seis meses. Passamos demasiado tempo a estudar e a projetar, quando nos preparamos para implementar, os outros já vão dois anos à nossa frente e os turistas mudaram de paradigma.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Não sabemos o que queremos.

**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – Concordo plenamente. Quem não sabe para onde vai nunca chega longe. Ao menos esta Câmara decidiu para onde ir e fez das Sanjoaninas a festa com maior projeção prévia e turisticamente mais organizada dos Açores.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores deputados. Vou descer a um nível mais chão e pedir alguns esclarecimentos ao senhor presidente da Câmara sobre assuntos que de alguma maneira podem interessar a toda a gente. O primeiro é uma mera observação que me parece pertinente visto que, em sessões anteriores da Assembleia, falámos sobre a forma como Angra organizava as suas obras, definia e concretizava critérios.

Acho muito sensível a recuperação e requalificação da baía de Angra e julgo que deveria haver uma coerência estética ao nível visual e da escolha dos materiais para que o arco da baía obedecesse a critérios mais ou menos uniformes que lhe dessem um sentido global. Verifico agora com alguma surpresa a existência de uma dualidade de critérios entre os passeios que vão desde o antigo Pátio da alfândega até ao Castelinho e os que agora estão a ser requalificados entre o Pátio da Alfândega e o Cais da Figueirinha. Temos aqui duas leituras de chão, duas formas diferentes de tratar as zonas pedonais e julgo que essa opção não foi muito feliz.

Uma outra questão não será da sua competência mas, como presidente da Câmara, certamente estará a par da situação. Quando passo ao pé daquele hotel de cinco estrelas, (e ainda não consegui perceber porque não é de quatro), verifico que toda a área do rés do chão continua com um aspeto de obra inacabada apesar de se encontrar tapada com alguma dignidade. Será que em termos legais é possível um estabelecimento hoteleiro funcionar com uma parte da sua estrutura em banho-maria à espera de melhores dias? Dará algum conforto e estabilidade em relação ao funcionamento do edifício? Fico incomodado e não gosto de ver aquilo assim.

Senhor presidente, mantém o seu otimismo em relação ao hotel da Serretinha? Gostaria que nos informasse se tem conhecimento de alguma calendarização para a reativação daquela infraestrutura turística e se há alguma luz ao fundo do túnel em relação àquele cancro que é o edifício do antigo hospital. Será que aquilo vai continuar no estado em que está com o uso que

Ihe dão que não é dos mais aconselháveis? Pode informar-nos também se existe alguma visão ou solução a curto ou médio prazo para aquela infeliz zona dos Celeiros? Pelos vistos aquele edifício da antiga fábrica de conservas em frente ao castelinho vai continuar também *ad aeternum* à espera de melhores dias. São zonas importantes da cidade, significativas sobre o ponto de vista urbano, e é um bocadinho triste verificar que existe um compasso de espera que tarda em alterar-se.

**Sr. presidente da Câmara:** – A maior parte dos edifícios que referiu são privados. Todos gostaríamos de ver o investimento crescer, aparentemente a retoma económica está aqui, é preciso ver se ela se consolida mas ainda não está claramente em crescimento. Sei que há uma intenção de abrir brevemente o hotel da Serretinha e há algumas obras em curso como a da Globo aqui em frente que está a ser recuperada e vai abrir nos próximos meses. A Cruzeiro já tem o seu licenciamento mas há muitos outros espaços a necessitarem de investimento.

Quanto ao hotel, trata-se de duas propriedades distintas. A componente hotel pode funcionar parcialmente e o rés do chão poderá vir a ser um centro comercial, o que é pouco aconselhável dado o atual contexto comercial e económico da nossa cidade.

Os pavimentos estão a ser feitos de acordo com o padrão internacional em que os passeios pedonais e os percursos destinados a ciclistas são tipicamente colocados com uma coloração avermelhada em piso liso e vão continuar até à Silveira com a mesma leitura de acordo com o projeto. A rua Silvestre Ribeiro por detrás do Clube Náutico tem exatamente o mesmo pavimento do que já estava colocado dentro do Relvão e estão agora a ser feitas as ligações com uma interrupção diante do castelo onde existe uma calçada histórica que se vai manter. Haverá o mesmo tipo de pavimento na parte nova que é o prolongamento em direção ao litoral e a descida até ao Fanal e o mesmo acontecerá num percurso pedonal que vai sair às Areias Brancas.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Vou começar pelo hotel que o professor Manuel Conde referiu, tentando não adjetivar para não me aplicarem mais processos por difamação em relação àquela obra. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos indicasse o que diz o licenciamento complexo daquela unidade tal como está sem que a galeria comercial e todos os quartos inicialmente previstos estejam a funcionar. Há ali um problema urbanístico sem falarmos das questões inerentes ao funcionamento do próprio hotel que não são para aqui chamadas nem boas para o turismo da nossa ilha. Houve um licenciamento camarário que autorizou aquele «inconsequimento» para utilizar uma expressão da ex-presidente da Assembleia da República.

Na mesma linha de raciocínio temos os espaços comerciais do edifício dos Côrte-real e ao mesmo tempo constroem-se barracas de madeira e outras coisas duvidosas para instalar empresas marítimo-turísticas junto à marina. Parece-me haver aqui uma duplicação de infraestruturas quando existem espaços disponíveis para a instalação de negócios com a utilização de equipamentos de que o município dispõe.

Pelo raciocínio do senhor deputado Rogério Sousa, ainda não conseguimos definir uma imagem para o turismo da Terceira e está tudo dito. Temos que saber o que queremos e como queremos, não devemos utilizar um conjunto de problemas para não fazermos as coisas, e a sua intervenção explicou porque ainda não temos uma imagem própria.

Parece que a senhora deputada Isabel Berbereia e o Partido Socialista não sabem que a empresa responsável pelo transporte aéreo de passageiros inter-ilhas se chama SATA, detém capitais 100% públicos com um único acionista que se chama Governo Regional dos Açores que pertence ao Partido Socialista há vinte anos e é quem nomeia os conselhos de administração.

**Sr. presidente da Câmara:** – O hotel possui dois tipos de licenciamento. No que respeita às questões de natureza urbanística e municipal o «inconsequimento» foi conseguido, foram cumpridos os requisitos mínimos e o hotel está a funcionar. Se é de duas, de três ou de quatro

estrelas, não me pronuncio porque essa matéria é da responsabilidade da Direção Regional do Turismo que faz as classificações.

Faço minhas as suas palavras. Foi com um profundo desagrado que vi a construção daquelas barracas lá em baixo que estão situadas no espaço portuário mas é de muito mau gosto o que ali foi feito. Desconheço os preços que o promotor do hotel pede pelo arrendamento da galeria comercial, decerto haveria melhores soluções, particularmente quando um arrendatário investe na imagem do seu estabelecimento e a seguir colocam-lhe uma barraca em frente mas a Câmara não manda em tudo. A associação Portos dos Açores não está sujeita a licenciamento municipal na área que lhe está concessionada e fez o que bem entendeu.

O espaço dos Côrte-real tem tido baixíssima procura com falhanço atrás de falhanço. Anteontem houve um novo concurso para atribuição e a mesma pessoa ficou com os dois espaços de acordo com as regras do concurso com preços especulativos. Mais uma vez, o futuro não será bom, mas veremos.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Não percebi o argumento do senhor deputado Rogério Sousa a respeito da ausência de uma imagem no site da Ryanair por falta de fotos da ilha Terceira na internet. Acabei de fazer uma pesquisa muito rápida e aparecem dezenas de fotos desde os Biscoitos, passando pela Serra do Cume até ao obelisco da Memória em Angra. A cada um, as suas responsabilidades, não compete à Ryanair a escolha da foto para o seu *site* senão ainda nos aparece uma imagem das Flores, das Portas do Mar ou até das Maldivas e a obrigação da divulgação e promoção dos Açores é da Associação de Turismo dos Açores.

Apesar de a compreender, não aceito a sua justificação acerca da escola da Ribeirinha, senhor presidente. É muito fácil aceitar os cargos políticos de presidente da Câmara, diretor regional, deputado ou ministro mas as pessoas têm que assumir as responsabilidades das decisões que tomam, principalmente quando acabam por lesar o dinheiro dos impostos de todos nós. Trabalho para pagar impostos que depois são usados desta forma para tapar buracos de coisas mal feitas e os decisores políticos têm que começar a ser responsabilizados financeira e criminalmente pelas suas decisões, sejam positivas ou negativas.

O projetista diz que houve um mau projeto porque fez o que lhe mandaram, as coisas caem em saco roto, ficam mesmo assim, pagamos todos e venha alguém que saiba fazer melhor. Esta forma de fazer as coisas tem que acabar de uma vez por todas senão este país não vai para a frente e eu não sou candidata, senhor presidente.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – A deputada Isabel Berbereia deixou-nos o repto da possibilidade de se criar um pacote turístico com visita a mais do que uma ilha. Com este novo modelo de acessibilidades existem os encaminhamentos inter ilhas. Qualquer pessoa que entre numa *gateway* tem direito a uma passagem na SATA para a sua ilha de destino a custo zero. Isto nunca foi publicitado por ter sido o calcanhar de Aquiles da negociação do novo modelo de acessibilidades entre o Governo Regional e a Europa para que os açorianos não fiquem isolados geograficamente e não fazia sentido que fosse alargado a turistas.

A República paga obrigações de serviço público para que os açorianos tenham a mesma igualdade de oportunidades a preços menores mas não deveria fazê-lo em relação aos turistas. Isto foi sempre mal explicado e nunca o vimos publicitado em lado nenhum, nem sequer na Ryanair. Agora já existe uma publicação doméstica na SATA mas não acontece em canais mais abrangentes onde a Europa pudesse ver claramente que os dinheiros públicos estavam a ser usados para o encaminhamento de turistas inter ilhas.

As câmaras do Grupo Central já pediram o chamado bilhete pacote de viagens como acontece no Brasil em que se pode fazer três ou quatro viagens internas por um determinado preço mas o Governo Regional nunca esteve disponível para negociar isso.



**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – O que eu queria dizer em relação à fotografia e à divulgação da ilha Terceira tem a ver com o SEO (Searching Engine Optimization) exatamente o que o senhor secretário disse que tinha feito com o *Google* e o aparecimento nos primeiros tópicos de pesquisa. Os serviços online devem ser identificados e categorizados à laia da web 3 que é o que está a ser usado hoje e não se deve pagar a empresas para o fazer. As imagens não estão todas disponíveis com direitos livres de pesquisa e não temos produção suficiente para que qualquer empresa as retire online. A ignorância demonstra a forma como algumas empresas trabalham quando há um jornalista que coloca uma imagem das Flores como sendo da Terceira e não temos capacidade de controlar tudo isto.

Se a Ryanair quiser prestar um bom serviço vai procurar as imagens que necessita para completar a informação no seu *site*. A Terceira e S. Miguel têm uma multiplicidade de marcas e é impossível vender uma marca só.

**Sr. presidente da Mesa:** – Faço um pedido aos senhores deputados e em especial ao senhor deputado com assento no parlamento regional: por favor não me falem nas ilhas do Triângulo que é um embuste que todos pagamos. O Triângulo existe devido a quatro viagens diárias realizadas por um barco que liga o Pico ao Faial que normalmente transporta três ou quatro passageiros e, regra geral, não transporta carga nenhuma. Existe este conceito como alternativa à Terceira como se houvesse três polos. Se não fosse uma guerra antiga entre Faial e Pico, esta situação estaria muito mais desenvolvida.

Para que não se diga que não se critica as medidas do Governo Regional, o ideal seriam ligações regulares entre o Grupo Central com passageiros e carga como faziam o «Cedros», o «Ponta Delgada», o «Terra Alta» ou o «Espírito Santo». Isto responderia à questão levantada pela senhora deputada Isabel Berbereia. Com preços mais acessíveis, essas viagens possibilitariam também a observação de baleias, golfinhos, etc.

Não vai há muitos dias que ouvi um senhor do Pico dizer que estavam criadas as condições para que a ilha do Pico fosse a plataforma giratória das ilhas do Triângulo; mas o que é isto? O grupo do Triângulo é um embuste e todos estamos a pagar indevidamente por algo que não funciona do ponto de vista económico.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Não estou aqui a fazer a defesa do Triângulo. Tem toda a razão. Aquela potência económica não se desenvolveu mais cedo devido às guerras entre o Faial e o Pico. O tal senhor foi mais longe e disse que o Pico deveria ser a plataforma giratória do Grupo Central.

À parte tudo isto, sempre que ouvi hoje falar da entidade Triângulo, nunca ouvi falar do pacote de oferta turística como uma alternativa à Terceira ou à Graciosa mas sim como complemento ao desenvolvimento e concordo com uma ligação frequente entre todas as ilhas do Grupo Central do arquipélago. Lembro que o CDS-PP fez uma proposta de dinamização do chamado segundo triângulo que foi chumbada há menos de seis meses.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – A senhora deputada municipal e também regional, Graça Silveira já referiu parte do que eu iria explicar. Não é que os cargos estejam ligados mas não vem mal nenhum ao mundo se prestarmos aqui algumas explicações na dupla função sempre que seja necessário. O senhor presidente está equivocado; toda a Assembleia Regional, à exceção do Partido Socialista, queria duas coisas: as ligações marítimas mais frequentes à Terceira e à Graciosa para tornar uma realidade a totalidade e não, partes do Grupo Central e até foi o CDS-PP, o partido da senhora deputada Graça Silveira, que propôs a realização de um estudo do transporte marítimo de passageiros e mercadorias na região, algo que o seu partido chumbou.

Meninos, entendam-se! Estamos a ver que o Partido Socialista através dos seus vários intérpretes não se entende em diversos assuntos e a região precisa que o façam; se não se sabem entender, têm aqui mais quem esteja pronto para governar.

**Sr. presidente da Mesa:** – Senhor deputado Luís Rendeiro. Se V. Exa. estava habituado a um partido onde não havia crítica interna, não é o meu caso. Isso não impede que eu discorde frontalmente com a política seguida sobre esta matéria e penso que estamos num órgão que deve assumir as suas responsabilidades. Não é o cidadão Ricardo Barros que está a falar, é o presidente da Assembleia Municipal que tem esta posição muito clara sobre este assunto.

**Sra. d. m. Isabel Berbereia:** – Não devemos atribuir em demasia ao Governo Regional, à ATA ou seja a quem for, todos os problemas do turismo da Terceira. Reivindicámos a vinda da Ryanair que já cá está e como cidadãos, interventores e residentes nesta ilha devemos descobrir o que fazer para que os turistas fiquem satisfeitos, regressem às suas terras de origem e partilhem a boa experiência de terem conhecido a ilha Terceira e tenham vontade de cá voltar.

Temos que saber o que as nossas freguesias podem oferecer, que imagem podemos transmitir em termos culturais, que eventos organizamos, etc. Cada um no seu espaço e em cada assembleia de freguesia deve ser um agente mobilizador e promotor de algo de bom para que esta imagem seja positiva. Devemos fazer já e não podemos passar a vida a refletir.

*Não se registaram mais intervenções. A Informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada.*

### **1.2 – Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2017 de acordo com a seguinte desagregação:**

- **Orçamento** – Aumento líquido no total da receita e da despesa: **891 835,47 €.**
- **Grandes Opções do Plano** – Aumento líquido da despesa no valor de **1 748 672,00 €.**

**Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – O Ponto 1.2 é uma alteração ao orçamento municipal com duas vertentes: uma inscrição de receita relacionada com o aumento das transferências que constam do orçamento de Estado e com os contratos ARAAL que entretanto foram assinados e a inscrição dessa receita num conjunto de projetos na área do investimento por contrapartida com dinheiro que antes estava inscrito em despesas correntes. O objetivo desta alteração é permitir de imediato o lançamento do concurso para a empreitada de proteção da orla costeira da baía do Fanal.

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, a Primeira Revisão ao Orçamento e GOP's da Câmara Municipal constantes do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 1 do d. m. independente e 5 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).*

**1.3 – Primeira Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados para 2017 no valor de 289 600,00 €, sendo 225 600,00 € para inscrição de novos projetos, 172 000,00 € de reforços e 108 000,00 € de reduções. A revisão ao orçamento da despesa, a qual inclui as modificações efetuadas ao PPI, foi de 309 800,00 € em reforços e o mesmo valor em anulações. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Este ponto visa introduzir uma alteração ao orçamento no plano de investimentos dos Serviços Municipalizados. Tivemos uma avaria grave numa das duas varredoras mecânicas que funcionam na cidade e a outra apresenta também graves problemas. A sua substituição não estava prevista para este ano mas teremos que o fazer.

As questões relacionadas com a utilização de fitofármacos obrigam-nos a alterar o nosso plano de aquisições e à compra de equipamento para o tratamento térmico dos pavimentos. Não é alterado o valor global do investimento, faz-se apenas a transferência entre rúbricas para a substituição das varredoras mecânicas por aspiradores e a aquisição de equipamento de monda térmica.

*Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Primeira Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos dos SMAH constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 1 do d. m. independente e 5 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).*

**1.4 – Regulamento Municipal de Apoio ao Plano Integrado de Combate à Exclusão Social e de Prevenção do Abandono Escolar de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Peço à Mesa que autorize o debate conjunto dos Pontos 1.4 e 1.5.

**Sr. vereador Guido Teles:** – Farei a apresentação de ambos os regulamentos numa só intervenção. O Regulamento Municipal de Apoio à Execução do Plano Integrado de Combate à Exclusão Social e de Prevenção do Abandono Escolar tem como finalidade melhorar e aprofundar os apoios às crianças e jovens do concelho em situação de maior fragilidade social e económica. Tem como beneficiários as unidades orgânicas da rede escolar do sistema educativo regional cujos estabelecimentos estão localizados em Angra do Heroísmo e está disponível para candidaturas, seja por estabelecimentos públicos, privados ou do setor social.

Os apoios podem ser concedidos de forma financeira através da atribuição de uma verba anual ou através de fornecimento de material logístico e são dirigidos à execução de ações e medidas previstas no plano que tem que ser entregue por todas as unidades orgânicas. Este regulamento não se aplica caso exista já algum sistema de apoios.

Quanto aos conteúdos obrigatórios dos planos integrados referidos no artigo 6º, destacaria uma medida destinada a apoiar os alunos e os seus agregados familiares visando a promoção do sucesso escolar, do desenvolvimento pessoal dos alunos e da sua formação cívica, e outras medidas complementares às do regime da ação social escolar em matéria de apoio às famílias com alunos carenciados em transporte, material escolar e refeições em espaço escolar.

O Regulamento Municipal de Apoio às Atividades e Projetos Pedagógicos visa a concessão de apoios às atividades dos estabelecimentos de ensino localizados em Angra com prioridade aos projetos caracterizados por uma maior criatividade e inovação em termos pedagógicos com o objetivo de melhorar os resultados escolares, potenciar o sucesso educativo e reduzir o abandono escolar. Os beneficiários são os mesmos do outro regulamento, os apoios poderão ser financeiros, materiais ou logísticos, aplica-se a mesma regra da subsidiariedade e os projetos devem prever experiências concretas para a melhoria da qualidade da aprendizagem nos estabelecimentos de ensino de Angra do Heroísmo.

**Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt:** – As razões apresentadas e formalmente redigidas como propostas com vista a colmatar e dirimir situações dos funcionários do sistema educativo, embora a nível camarário, são sempre bem-vindas. Pelo que me informei junto dos meus colegas, o PSD não deixará de apoiar estas iniciativas. Em termos globais estamos de acordo que se proceda à regulamentação e se defina com clareza os apoios que a Câmara pode conceder ao sistema educativo, cumprindo o seu papel dentro dos limites previstos na lei, por isso o voto será favorável.

Como passo a vida a emendar textos, não resisto em chamar aqui a atenção para algumas pequenas gralhas, dando assim o nosso contributo ortográfico à redação dos regulamentos, sem excluir a hipótese de não ter conseguido identificar todos os erros.

*De acordo com a sugestão do senhor deputado Manuel Conde Bettencourt procedeu-se a algumas pequenas correções ortográficas nos documentos em epígrafe.*

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – À parte o mérito dos dois programas no sentido de combaterem a exclusão social e o abandono escolar precoce, a verdade é que há pouco tempo o senhor presidente da Câmara esteve numa situação meio delicada em que usou o Fundo Social Municipal para o que não devia. Como tinha uma grande parte da verba por justificar e apanhou um susto mas livrou-se desta vez para que a próxima não se repita, tinha que dar uso a este fundo e ainda bem que encontrou estes programas.

Estas verbas poderão ajudar os alunos que vivem a mais de 3 quilómetros de distância sem direito ao transporte escolar que anteriormente era feito pela Câmara mas não é permitido através deste fundo. O transporte escolar na região é feito pelo Governo Regional que só paga o transporte público desde que a distância da escola seja superior a 3 quilómetros, obrigando as crianças a percorrem essa distância a pé ou a arcarem com os custos do transporte.

É interessante verificar que o senhor presidente da Câmara perceba a necessidade de colmatar essa falha e apoie estes alunos, denotando maior sensibilidade do que o Governo Regional. Por ter aceitado a nossa proposta de alteração para que este programa abrangesse todas as escolas independentemente da sua natureza, vamos votar favoravelmente ambos os programas.

*Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Regulamento constante do Ponto 1.4 foi aprovado por unanimidade.*

**1.5 – Regulamento do Programa Municipal de Apoio a Atividades e Projetos Pedagógicos de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

*Posto à votação, o Regulamento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.*

**1.6 – Programa de Incentivos e Promoção do Controlo da Reprodução dos Animais de Companhia de Detentores Residentes no Concelho de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Este regulamento visa resolver uma questão complexa a respeito do que fazer com os canídeos e precisamos de ir tomando medidas para reduzir a sua população. Este assunto por ora tem uma razoável solução mas não sei o que faremos quando entrar em plena aplicação a legislação que foi aprovada recentemente. Provavelmente teremos que amarrar os cães à porta de alguém. Nesta fase intermédia creio que é este o contributo que podemos dar dentro das atribuições do município.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Gostaria de intervir neste ponto também por uma questão profissional. Por motivo do nascimento do meu filho não me encontrava na Assembleia Legislativa Regional quando este diploma foi aprovado com uma abstenção do PSD. A minha posição é claramente contra este tipo de situações que estão muito em voga e são popularuchas porque os movimentos dos ditos amigos dos animais às vezes acham que estas coisas são um bem, quando não o são.

Há diversas forças e agendas político-sociais que são responsáveis pela introdução de um diploma onde se diz que os animais deixam de poder ser abatidos nos canis municipais ou

públicos, terão que ser castrados se não forem adotados ao fim de oito dias, e os animais de companhia, subseqüentemente castrados, serão libertados se não forem adotados após 120 dias.

Isto não passa pela cabeça de ninguém! Vamos capturar e castrar os animais com uma preocupação de segurança e de saúde pública e voltamos a libertá-los no meio ambiente por falta de adoção? Alegremente castrados, hão de se organizar, vasculhar os nossos caixotes do lixo e morder algumas crianças. Nos meios rurais atacam alguns vitelos recém-nascidos, fruto de inseminações artificiais caríssimas e de um investimento feito pela região na modernização e melhoria genética da sua agricultura. Aparece aqui uma agenda ideológica dos ditos amigos dos animais que manda libertar os bichinhos sem ter em conta as questões de segurança ou de saúde pública pela possibilidade de serem portadores de doenças.

Senhor presidente da Câmara; não o posso culpar do que quer que seja porque a Câmara é obrigada a elaborar este regulamento, a lei regional obriga a libertar os bichinhos mas isto não faz sentido. Não vamos poder votar contra, porque a Assembleia Municipal é obrigada a votar uma obrigação legal que emana da Assembleia Regional, mas também não podemos votar a favor. Vamos abster-nos porque isto é um absurdo!

À falta de outro termo, é uma estupidez libertar os animais se não houver quem os adote. Vai causar-se uma pressão sobre os canis municipais ou outros e teremos os mesmos amigos dos animais à porta do supermercado a pedirem o contributo das pessoas para alimentarem os coitadinhos dos bichinhos que eles terão sucessivamente aprisionados porque serão capturados por 120 dias, libertados e de novo capturados. Se calhar, estas pessoas acham mais humano ter os animais nestas condições do que optar pelo critério humanitário de os eutanasiar devido à idade, aos problemas de saúde ou na falta de uma família que os adote.

Como médico veterinário e seguindo o parecer da Ordem dos Médicos Veterinários aquando a apresentação desta ideia peregrina, o que está em causa em primeiro lugar é a saúde pública e isto não faz sentido.

**Sr. presidente da Câmara:** – Lamento que o PSD tenha esta postura de não apoio porque este debate cabe a outro parlamento e noutro âmbito. Enquanto município temos uma obrigação para resolver e é o que estamos a fazer, não é justo que se tenha este tipo de postura face a um assunto onde temos poucas escolhas e espero que esta lei não subsista. Nesta primeira fase ainda é tolerável mas não o será daqui a cinco anos e o nosso parlamento terá que a visitar em condições seguramente menos favoráveis do que as que tem agora.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – Em nome do Partido Socialista, também não concordamos com esta lei mas, tratando-se de uma obrigação para o município, pelo mal menor vamos votar a favor.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Na altura participei no debate e alertei para variadíssimas situações referidas naquele decreto legislativo regional que agravaria imenso a situação financeira dos municípios e das associações privadas que fazem um trabalho meritório. O CDS-PP não defende a eutanásia dos animais abandonados mas é muito mais penoso perpetuar a sua vida em cativeiro e há que encontrar uma solução. Tratou-se claramente de uma questão política porque o PCP queria proibir a eutanásia, o PS ficou numa saia justa sem saber o que fazer e prolongou a situação por seis anos com uma série de medidas absurdas e sem sentido.

Estranha-se que, sempre que estes diplomas vão a votação na Assembleia Legislativa Regional, são ouvidos os parceiros sociais e os principais visados e neste caso os municípios não foram tidos nem achados. A devido tempo o diploma deveria ter sido baixado à sede de comissão para que os municípios tivessem sido ouvidos.

**Sr. presidente da Câmara:** – Talvez a Associação dos Municípios tivesse sido ouvida.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Não foi, não foi; não foram ouvidos e não deu parecer. Falam de uma rede regional de recolha e de programas de esterilização que nunca são definidos e se os municípios não tiverem isto tudo implementado em três meses, levam coimas elevadíssimas. Percebo que o senhor presidente da Câmara não tenha tido outra alternativa senão trazer aqui este diploma mas não posso apoiar algo sobre o qual sou completamente contra.

**Sra. d. m. Michele Aguiar:** – Tendo em conta uma adoção que fiz, este diploma é insuficiente e não me parece que as suas medidas atinjam o público-alvo. Fui a casa de uma família que mal tinha dinheiro para comer mas tinha cinco cães e nesse dia tinham acolhido mais um que lhes tinha por lá aparecido. As cadelas estavam todas prenhas, entretanto uma vizinha conseguiu convencer os donos a procederem à adoção dos animais e fui buscar um deles.

De acordo com este diploma, esta família teria direito a esterilizar uma fêmea e as restantes continuariam naquelas condições. O animal deve estar legalizado para que possa ser esterilizado mas para esta família, o pagamento da taxa na junta de freguesia pode fazer toda a diferença para comer ou para os vícios que, infelizmente nestes casos, se sobrepõem às necessidades básicas.

**Sr. presidente da Câmara:** – Manifesto o meu apreço pela intervenção da senhora deputada Michele Aguiar que tocou no cerne da questão. Infelizmente, as pessoas mais pobres são as detentoras do maior número de cães. Na maior parte dos países da Europa o assunto foi resolvido com a imposição de uma taxa de licença tão elevada que só as pessoas mais ricas é que podem ter cães. Podemos discutir aqui o assunto mas, de acordo com o atual ordenamento jurídico, a decisão do valor das taxas de licenciamento cabe aos senhores presidentes de junta e de assembleias de freguesia.

A senhora deputada Michele Aguiar disse aqui palavras de uma enorme importância que deveriam ter chegado ao parlamento regional no dia do debate. Trata-se de uma matéria da competência da região que deveria ser resolvida pelos nossos deputados com a imposição de um limiar mínimo de licenciamento dos cães em vez de deixar o ónus em cima dos presidentes de junta. A aplicação desta lei sem uma alteração à lei do licenciamento dos canídeos levará a uma situação deveras insustentável. Fica aqui o meu apelo aos senhores deputados na ALR para que esta matéria e as sábias palavras aqui ditas pela senhora deputada Michele Aguiar lá cheguem e sejam replicadas em ambientes mais abertos.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Senhor presidente da Câmara; não compreendo a sua perturbação pelo facto de o PSD e o CDS-PP não apoiarem entusiasticamente esta medida. Infelizmente não temos que apoiar ou deixar de apoiar por se tratar da consumação de um facto que a Câmara está obrigada a cumprir. Vamos abster-nos porque o voto contra não serviria de nada e não vamos fazer de contas que isto não resulta da competição entre algumas forças políticas por uma franja do eleitorado. Temos o PCP e o BE a disputarem o crescimento do eleitorado do PAN no continente e a fazerem um *copy paste* na região e temos ainda as geringonças e as ignorâncias.

Espero que não passe pela cabeça de ninguém criar mais um imposto sobre a detenção de animais de estimação na ilha Terceira porque já existe legislação suficiente. Os senhores presidentes de junta aqui presentes sabem que está definido em lei o número de animais que cada habitação pode ter, assim como os canis e vedações a que são obrigados. Há que fiscalizar e a Câmara a que V. Exa. preside possui os mecanismos para tal.

**Sr. presidente da Câmara:** – Esse assunto passa por aqui várias vezes ao dia, todos os dias.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Então fiscalizem, façam o vosso trabalho e não venham dizer que o PSD não apoia estas ideias peregrinas.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – Estas competências foram impostas às juntas de freguesia sem que estas fossem tidas nem achadas e é com muitas dificuldades que fazem as fiscalizações e tomam as suas decisões.

*Não se registaram mais intervenções. Após votação, o Programa de Incentivos constante do Ponto 1.6 foi aprovado por maioria com 25 votos a favor (24 do PS e 1 do d. m. independente) e 15 abstenções (11 do PSD e 4 do CDS-PP).*

Interrupção dos trabalhos para almoço.

**1.7 – Proposta que estabelece os benefícios fiscais para projetos declarados de interesse regional (PIR) no Concelho de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Esta proposta visa a criação de um regulamento que estabelece benefícios fiscais para projetos que recebam por parte do Governo Regional a classificação de projeto de interesse regional e aplica-se a um número restrito. Há um projeto nestas circunstâncias que é a recuperação e reabilitação da Albergaria Cruzeiro e creio que a recuperação e transformação num hostel do edifício por cima do Aliança merecerá também esse qualificativo a breve trecho. A lei permite que se faça através da conceção caso a caso ou por regulamento. Creio que a melhor solução é a criação de um regulamento genérico que beneficie apenas todos os projetos do concelho com uma componente imobiliária em vez de se esperar pelas reuniões da Assembleia Municipal.

O valor do benefício também se vai reduzir rapidamente porque o IMT prevê uma redução de 1/3 para cada um dos anos seguintes, significando que acabará apenas no IMI a breve trecho. Neste momento não há nenhum prédio na cidade a pagar IMI referente a um valor fiscal atribuído de 500 mil euros, razão pela qual é um incentivo relativamente modesto. Da parte da Câmara do Comércio recebemos a proposta para que isto seja alargado a um conjunto mais vasto de projetos, uma questão a estudar que não é de fácil resolução. Este é um primeiro passo na criação de benefícios fiscais no concelho.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O PSD vai votar favoravelmente este regulamento genérico importante para a atribuição destes benefícios fiscais a projetos de interesse regional. Pretende-se que outros projetos idênticos sejam enquadrados nas mesmas circunstâncias de regulamentação mas gera-se aqui uma situação de desigualdade que nos remete para um debate já tido nesta casa a respeito da isenção do IMI nos centros históricos.

Sabemos que a Câmara Municipal aguarda instruções do Governo da República e isso levará à perda de um rendimento significativo do IMI por parte das autarquias que possuem centros históricos classificados. É certo que houve um compromisso do Governo da República e da «geringonça» no sentido de dar seguimento a uma decisão judicial mas continuamos à espera.

Os proprietários de imóveis de habitação e os privados que não podem candidatar as suas casas a projetos PIR vão continuar a pagar IMI numa situação de desigualdade face aos empresários que conseguem enquadrar um negócio neste regulamento e ficam isentos desse imposto. É uma injustiça tipo Calimero mas é o que se está a aprovar aqui hoje.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não consigo entender esta argumentação porque estamos a falar de coisas completamente distintas. Não estamos a isentar quem quer que seja para todo o sempre, estamos a propiciar uma ajuda num investimento. O fórum da discussão da isenção do IMI nos centros históricos é a Assembleia da República e a Câmara não aguarda instruções de ninguém porque a liquidação do IMI é feita pela Autoridade Tributária. Não confundamos o que não é de confundir porque estamos a falar de investimentos com uma isenção temporária

de IMI e não consigo entender o que um investimento tem a ver com a minha casa ou a de qualquer um de nós.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Se fizermos uma leitura à letra, trata-se efetivamente de duas realidades distintas. Se temos um decreto legislativo regional que concede aos projetos PIR um benefício fiscal, a verdade é que a lei também permite a isenção nos centros históricos. Os presidentes de Câmara de outros municípios têm tido uma ação proativa na defesa dos seus centros históricos, fazendo cumprir o que está na lei. Na prática teremos os angrenses com dificuldades em recuperarem os seus imóveis no centro histórico com exigências adicionais porque não veem a lei a ser aplicada nos seus casos quando a Câmara Municipal traz a esta casa uma proposta para isentar.

Reconhecemos a importância do investimento e da criação de emprego em Angra mas preferimos não personalizar. Não acredito em coincidências mas estamos a aprovar isto aqui hoje quando é do conhecimento público que existe um grande projeto PIR pronto a avançar.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não é coincidência. É por causa disso mesmo.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – O senhor presidente da Câmara acabou de dizer que aquele imóvel não pagava IMI mas deveria pagar, por isso pergunto se essas dívidas serão perdoadas ou assumidas por quem adquirir o imóvel.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não há dívidas de IMI porque o imóvel está isento.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Isento ao abrigo de quê?

**Sr. presidente da Câmara:** – Por ser propriedade de uma IPSS.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Isso vem ao encontro do que eu estava a pensar. Visto que o IMI do centro histórico constitui uma receita para a Câmara de Angra, há um certo desconforto em mexer no assunto; como este grande imóvel não gera receita, não há problema nenhum em fazer uma isenção.

**Sr. d. m. Rogério Sousa:** – Se bem entendi, um projeto de interesse regional não é uma obra que alguém faz no centro histórico. Há pouco falávamos aqui de quem tem a possibilidade de reabilitar o seu imóvel no centro histórico e não o faz, enquanto neste caso se trata de um investimento gerador de postos de trabalho diretos que melhorará a economia da nossa cidade. Tenho alguma dificuldade em entender como podemos colocar no mesmo prato a redução de IMI pretendida pelo PSD que esta Câmara não aprovou para o centro histórico juntamente com a isenção de IMI do PIR.

*Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.7 foi aprovada por unanimidade.*

**1.8 – Pedido de autorização para proceder à aquisição e permuta entre os prédios sitos na Rua do Galo, n.ºs 1 a 5, Freguesia da Conceição e na Avenida Infante D. Henrique, Conceição. Para deliberação nos termos da alínea i) do n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Este pedido visa autorizar o município a fazer um negócio imobiliário. Pretendemos vender a antiga carpintaria do município localizada por detrás das instalações da EDA na esquina em frente ao Diário Insular e adquirir o prédio situado neste lado atrás desta parede. Ambos os prédios foram avaliados, faz-se o respetivo encontro de contas e o município pagará a diferença para que fiquemos com um edifício que permita a integração nos Paços do Concelho de um imóvel que está aqui encravado.

O edifício possui uma porta interior para aqui porque já fez parte deste complexo mas acabou num privado por razões que desconheço. Queremos reabrir a porta e voltar a instalar ali um



conjunto de serviços que se encontram dispersos, uns no Centro Cultural, outros no edifício das Piscinas Municipais, dando alguma qualidade à utilização dos Paços do Concelho já que o andar de baixo deste edifício está tipo colmeia com um conjunto de subaproveitamentos.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – O PSD não poderá deixar passar o que está aqui proposto e vai votar contra este procedimento por um conjunto de razões que passarei a elencar: em primeiro lugar, contestamos a avaliação que, mesmo sendo legal, não me parece adequado que tenha sido feita pelo Miguel Borba que é deputado municipal do Partido Socialista, encontra-se aqui sentado para votar este diploma e é um funcionário de base da autarquia, apesar de não exercer a sua atividade na Câmara neste momento. Há aqui um conflito de interesses na tomada de uma decisão.

O mercado é que determina o valor dos imóveis e o grupo municipal do PSD procurou aconselhamento junto de outros técnicos certificados e autorizados a exercerem atividade no setor. Se este imóvel anexo aos Paços do Concelho que a Câmara Municipal pretende adquirir, fosse colocado à venda, poderia esperar 20 ou 30 anos até ser vendido porque ninguém daria 600 mil euros por ele visto estar claramente sobreavaliado à luz das transações comerciais e do atual mercado imobiliário de Angra. Por outro lado, parece-nos existir uma lesão do interesse público porque o imóvel que a Câmara pretende entregar por permuta está, por sua vez, subavaliado. Não nos revemos na avaliação aqui feita nem no procedimento adotado e por isso vamos votar contra.

**Sr. presidente da Câmara:** – Esta é a segunda vez que surge uma avaliação com este tipo de crítica. O Miguel Borba está ali sentado e tem o direito de intervir quando achar que o deve fazer. Não me cabe fazer esse tipo de defesa porque não sou seu advogado mas posso afirmar que, da parte da Câmara houve a vontade de ter uma avaliação correta dos dois imóveis, e não temos nenhuma razão para fazer um favor a quem quer que seja. Essas suspeições não são nada bonitas porque não tenho qualquer relação com o Miguel Borba que é apenas o avaliador, e muito menos com o proprietário do imóvel. A pessoa quer vender e foi feita uma avaliação que me parece justa e falada com várias pessoas que entendem de prédios.

Trata-se de uma questão de oportunidade e de resolver também um assunto antigo deste município. Não sou técnico de avaliações mas acho que ninguém se deve assumir mais sério do que o outro. Faço aqui a defesa do Miguel Borba que não merece essas suspeitas e sendo funcionário da Câmara não lesaria o seu patrão. É um perito certificado nas questões de avaliação inscrito para tal no Ministério da Justiça, neste momento não se encontra subordinado à Câmara Municipal, presta esse serviço no mercado e trata-se de uma questão entre ele e o seu empregador. Foi adquirido e prestado um serviço com qualidade e não me parece que seja um bom caminho fulanizar as coisas.

**Sra. d. m. Michele Aguiar:** – Pela análise dos relatórios de avaliação dos imóveis, penso que a Câmara Municipal sai a perder neste negócio. No âmbito da minha vida profissional passamos diariamente à frente relatórios de avaliação de imóveis. Na página 11 do relatório de avaliação do edifício da rua do Galo o preço do metro quadrado de terreno na mesma freguesia a menos de um quilómetro de distância é de 700 €. Na página 10 do mesmo relatório, na avaliação do imóvel pertencente à Câmara Municipal, vemos um custo de 116,52 € por metro quadrado. Parece-me existir uma discrepância muito grande e não me refiro ao estado de conservação do edifício. Corrijam-me se estiver errada mas as avaliações são feitas de acordo com a localização, as acessibilidades, os transportes e o estacionamento e uma série de infraestruturas existentes no local.

**Sr. presidente da Câmara:** – Chamo a atenção da senhora deputada que a freguesia da Conceição começa à beira-mar e acaba atrás da serra do Morião. Um metro quadrado de terreno ao pé da Praça Velha vale mais do que um metro quadrado ao pé do Porto das Pipas ou em cima da serra.

**Sr. d. m. Francisco Câmara:** – Antes de me pronunciar preferiria ouvir o nosso colega Miguel que é o especialista na matéria. Pergunto se há aqui alguém que considere 600 mil euros um preço adequado por um terreno com 181 metros quadrados onde existe um prédio com uma porta e uma janela. Sem querer pôr em causa a capacidade de avaliação do Miguel Borba, peço que analisem o mercado imobiliário e me digam se alguém pagaria 600 mil euros por este gaveto aqui ao lado.

O edifício que a Câmara entrega por permuta é avaliado em 116,52 € o metro quadrado contra os 1 091 € do prédio aqui ao lado. Se eu pretendesse implementar algum negócio ou serviço, provavelmente escolheria a outra zona com melhor acessibilidade e estacionamento. Na última sessão da Assembleia o senhor presidente disse que a Câmara reduziu o número de funcionários e em período de crise quer gastar 600 mil euros dos contribuintes na compra deste prédio aqui ao lado, por alma de quem?

**Sr. presidente da Câmara:** – Depois debatemos isso, senhor candidato.

**Sr. d. m. Miguel Borba:** – Tendo um código deontológico a cumprir, surgiu-me também esta dúvida, expliquei o caso a uma das minhas associações e foi-me dito que poderia fazer uma avaliação sem problemas. Nesse sentido, foi-me contratualizado pela Câmara Municipal um pedido de avaliação para que o professor Álamo e a sua autarquia tivessem valores de referência com vista a poderem negociar como bem entendessem com o proprietário do terreno.

As bancadas estão muito preocupadas com os valores e as discrepâncias mas se for preciso, peço permissão ao senhor presidente da Mesa para ficarmos aqui uma ou duas horas a discutir processos de homogeneização e tudo o que é inerente às avaliações. É claro que existem discrepâncias nos valores entre a Praça Velha e uma zona que está naquele estado mas talvez as vossas dúvidas se dissipem se lerem o relatório com algum cuidado e rigor em vez de se concentrarem apenas nos valores que estão coerentes com a realidade da ilha e da cidade de Angra do Heroísmo.

Não se tratou de uma avaliação encomendada como foi aqui dito. Se querem saber, considero um bom negócio e investimento para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo como referi ao senhor professor Álamo após a entrega dos relatórios ao explicar-lhe os conteúdos e os pressupostos.

A Câmara Municipal fica muito bem servida com o edifício aqui ao lado. Se quiserem, talvez o senhor presidente da Câmara vo-lo possa mostrar para verificarem que não é só a fachada que interessa mas sim a sua importante complementaridade com este edifício da Câmara. Podem ir às oficinas da Câmara para verificarem a construção que lá está e a oportunidade para que uma das partes menos bonitas desta cidade possa ser reabilitada com investimento externo.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – O CDS-PP não fez qualquer juízo de valor; não comparámos o edificado mas sim o metro quadrado da área de implantação. Entendo que me falem de um valor reduzido por metro quadrado numa zona sem acessibilidades ou serviços onde se tenha que puxar redes de águas, etc. e me digam que a Praça Velha é mais nobre dentro da mesma freguesia, mas esses critérios não contam para este tipo de avaliações.

Em lugar nenhum deste processo de avaliação são referidos os fatores tidos em consideração para se avaliar o metro quadrado sete vezes mais caro. Quando fiz a minha casa pedi orçamentos a quatro pessoas diferentes e aqui deveria ter sido feita pelo menos uma segunda avaliação para que tivéssemos um termo comparativo.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Não estamos a pôr em causa a honestidade, as competências técnicas ou o rigor do deputado e avaliador Miguel Borba; para nós, trata-se apenas de um conflito de interesses que pode existir em qualquer lado. Quando era funcionária da Direção Regional de Estudos e Planeamento, por mais séria que fosse e gostasse de realizar consultoria a projetos, não o podia fazer por lidar com fundos comunitários.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se este prédio na avenida Infante D. Henrique foi posto à venda para a eventualidade de surgirem outras propostas. O meu pai que é avaliador, sempre me disse que as coisas valem o que as pessoas estiverem dispostas a pagar por elas. Pelos seus critérios, o Miguel Borba terá avaliado bem o imóvel mas poderia aparecer alguém disposto a dar 400 ou 500 mil euros por ele.

**Sr. presidente da Câmara:** – A primeira proposta do prédio por este valor que aqui está surgiu do vizinho do lado, a EDA que manifestou o seu desinteresse por achar que o prédio não o valia. À Câmara não interessa vender prédios porque não temos essa necessidade financeira; o que nos interessa é a aquisição de um prédio pela criação de acessibilidades e pela concertação de todo este edifício. Como já devem ter visto, fizemos um enorme investimento aqui atrás com o arranjo de todos estes prédios onde a Câmara está instalada. Precisamos de retirar alguns serviços do andar de baixo para um espaço maior onde possamos lá colocar também as imensas ofertas e outras coisas que estão no teto e assim criarmos uma sala de visitas para a nossa cidade.

**Sr. d. m. Emanuel Garcia:** – Penso poder dar o meu contributo porque faço avaliações desde 2007 para bancos e privados. Somos obrigados a usar pelo menos dois métodos de avaliação, comparando o que está à venda no mercado com o levantamento de terrenos e imóveis da zona e temos que calcular quanto custaria construir este edifício e depreciar em função da sua idade, o que neste caso foi feito em 23% e me parece um pouco exagerado.

Ao nível de construção nesta zona da cidade os preços também me parecem um pouco abaixo do normal. Já fiz avaliações na rua Direita e na rua de S. João e utilizámos valores sempre acima dos que aqui estão. Pelos meus conhecimentos e experiência técnica, eu avaliaria este imóvel ainda um pouco mais acima. O outro imóvel foi avaliado exatamente pelos mesmos critérios. Foi feita uma pesquisa de mercado e uma apreciação em função da idade do imóvel e do valor do terreno comparativamente ao terreno dos Celeiros ali ao lado e não vejo que nenhuma questão possa ser levantada a respeito desta avaliação.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira** (numa interpelação à Mesa): – Para que fique registado, o senhor presidente da Câmara não respondeu à minha questão a respeito de uma segunda avaliação.

**Sr. presidente da Mesa:** – Se o senhor presidente da Câmara entendeu não responder, não respondeu.

**Sr. presidente da Câmara:** – Fique registado que não respondi.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Vamos separar as coisas. Foi feita aqui uma clara acusação de conflito de interesses e não de falta de seriedade nem de competência técnica do avaliador e deputado Miguel Borba, muito menos de forma pessoal porque nos conhecemos há muitos anos.

Estamos num órgão político e deliberativo onde se tomam decisões passíveis de um julgamento público e político. Começámos por entender que a Câmara não deveria ter colocado o técnico Miguel Borba nesta posição, nem o técnico Miguel Borba como eleito local, se deve apresentar aqui hoje para votar acerca de um parecer que ele próprio elaborou. Existe uma lei de impedimentos de funções públicas, nomeadamente em decisões que são tomadas nos mais variados órgãos quando há titulares de cargos públicos que vão decidir acerca de assuntos que os envolvem a eles próprios ou a familiares diretos. Nestes casos devem demitir-se da discussão que lhes diga respeito, ausentando-se da sala no momento da votação ou através de outra forma qualquer. Isto já aconteceu no passado com outros executivos camarários a respeito de questões polémicas e outras que bem conhecemos.

Uma avaliação técnica pode ser contestada através de outras avaliações e as nossas diversas fontes não concordam com a avaliação feita a este imóvel. De acordo com os melhores

interesses do município, temos o direito de vir aqui também discordar dos procedimentos e do conteúdo desta avaliação técnica sem pôr em causa a dignidade nem o bom nome de ninguém. Como já foi aqui dito, o valor de um imóvel é o que alguém estiver disposto a dar por ele. Posso investir 600 mil euros na construção de um imóvel e colocá-lo à venda por esse valor mas se não houver ninguém que mos dê, eu fiz um mau investimento.

Gostaria de saber quantos e quais os imóveis desta dimensão no centro histórico de Angra que são vendidos por esta ordem de grandeza. Todos sabemos que este valor não é real de acordo com o mercado imobiliário e se calhar o imóvel das avenidas vale mais de acordo com as suas características. Não me parece correto que o contacto com a EDA e o seu desinteresse possa ser assumido como se o imóvel tivesse sido colocado à venda. Está a trocar um imóvel por outro e poderá ainda pagar um valor idêntico num qualquer investimento que se venha a fazer no imóvel no futuro.

Entendo que todos estamos aqui para defender os interesses do município, cada um à sua maneira e de acordo com as suas convicções, mas a nossa posição será diferente da vossa e não concordamos com estas avaliações nem com a forma de procedimento. Miguel, desculpa se entendes tratar-se de uma questão pessoal mas não o é; é uma questão política, não concordamos com isto e por isso vamos votar contra.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Senhor presidente da Câmara; costumo aceitar as suas justificações quando é muito claro mas desta vez não percebi o seu argumento ao dizer que a Câmara não é agente imobiliário e não pretende vender terrenos. O senhor vai comprar este imóvel por 600 mil euros, pode haver alguém disposto a dar 500 mil euros pelo outro mas não o sabemos porque não foi posto à venda, e no meu entender estamos a lesar o município. Por outro lado, a Câmara está mesmo interessada neste imóvel e o dono só vende se receber o outro. O senhor disse tratar-se de uma oportunidade porque a pessoa o quis vender sem qualquer contrapartida. Então, não há interesse em colocar o outro imóvel à venda, porquê? Para ver se aparece alguém disposto a pagar mais do que os 300 mil euros da sua avaliação?

Peço desculpa ao senhor presidente da Assembleia pelo desabafo mas entristece-me muito que se lide com estes assuntos com leviandade. Apesar das diferentes orientações políticas, estamos todos aqui a fazer um trabalho sério a bem do nosso concelho, da ilha e da região na defesa das pessoas que nos elegeram. Abdicamos de tempo para estarmos com as nossas famílias para podermos consultar os documentos e procurar fazer um trabalho sério e estamos aqui a intervir sujeitos a gozo, risos e comentários para o lado como se isto fosse um assunto leviano quando se trata de lesar a Câmara em 300 mil euros.

**Sr. presidente da Câmara:** – É de facto um assunto sério que não deve ser levado com leviandade. Não me parece que nenhum dos presentes nesta Assembleia ou na Câmara Municipal tenha menor respeito pelo dinheiro de todos nós e todos nos interessamos pelo bem comum. Admito que haja opiniões diferentes porque dificilmente pensaríamos da mesma maneira, mas houve da parte da Câmara um cuidado enorme em tentar encontrar uma posição equilibrada. Esta proposta é o ressurgimento de uma coisa antiga, não é a primeira vez que este tema vem à Assembleia Municipal e este prédio chegou a estar avaliado num milhão de euros...

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Por alguma razão ninguém o comprou.

**Sr. presidente da Câmara:** – Neste momento surgiu a oportunidade de comprar o prédio. Na proposta inicial constava a aquisição do outro prédio lá em cima num local com uma quantidade enorme de prédios à venda que ninguém compra como os Celeiros, o prédio abaixo e o parque de combustíveis na outra rua acima, uma zona da cidade perfeitamente desvalorizada com uma enorme quantidade de terrenos disponíveis, alguns com projetos aprovados. Ninguém os compra porque a apetência pelo imobiliário na cidade de Angra continua baixa. Há pouco foi aqui elencado um conjunto de prédios que se encontram ao

abandono e cujos detentores gostariam de vender, começando pelo hospital velho, passando pelos Celeiros e por aí fora.

Este é um excelente negócio porque este prédio é muito mais importante para a Câmara Municipal do que qualquer outro. Temos a possibilidade financeira de o adquirir para resolvermos um problema de qualidade de serviços e arranjo de toda esta zona que muito valorizará todo o complexo municipal.

O Miguel Borba e outros que trabalharam na avaliação sabem que não interferi em nada porque eles obedecem às suas regras e códigos deontológicos, fizeram a avaliação que tecnicamente acharam mais correta e tenho que aceitar o trabalho elaborado por quem está mais do que certificado para o fazer. Outros avaliariam o imóvel por outro preço mas aqui o que interessa é o preço relativo. Seguiram o mesmo critério, temos a mesma avaliação, podemos comparar e o assunto é absolutamente claro e transparente.

Não sou agente imobiliário mas vou ouvindo pelos caminhos o que se fala de prédios. Com certeza que alguém soube do valor do prédio em frente, qual o valor do outro que foi posto ali à venda e vai agora ser adquirido e alguém terá ouvido também falar do valor do prédio que foi vendido na rua Direita que é muito superior a este aqui. Os valores não são assim tão estranhamente díspares, são comparáveis, temos uma boa avaliação e volto a dizer que a Câmara não procurou nem procura vender os seus prédios porque não é bom colocar mais prédios à venda no mercado. Temos a oportunidade de resolver um problema histórico da Câmara e é o que estamos aqui a discutir. Peço mais uma vez desculpa ao Miguel por tê-lo arrastado para isto e a verdade é que atuou como avaliador certificado que é.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Há pouco fiz uma interpelação à Mesa porque é regimental e importante que fique registado em ata que não houve intenção de responder a uma pergunta clara. Gostaria de perguntar a algum dos presentes que tenham construído casas, se pediram um único orçamento, independentemente da seriedade. São necessárias várias avaliações para que se tenha uma noção da realidade e decidir em consciência. Se fazemos isto com o nosso dinheiro, o mesmo se pede que seja feito quando usamos o dinheiro público que é o que está em causa.

Não percebo qual a resistência em pedir a um outro avaliador certificado que faça uma avaliação igualmente comparativa usando os mesmos critérios, para sabermos se este é um bom negócio para a Câmara, independentemente do interesse do senhor presidente da Câmara em unificar todos os serviços na rua do Galo.

**Sr. d. m. João Tavares:** – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores deputados. Não posso ficar calado após a intervenção da senhora deputada Rita Andrade ao referir que estamos todos aqui a rir sem responsabilidade; foi isto que acabei de ouvir e está gravado. Estou aqui com uma missão séria e responsável, também consultei os documentos e o problema é de quem não o fez. Rir é brincar é o que a vossa bancada faz quando intervimos deste lado e nunca vos acusei de andarem aqui a brincar ou de não levarem as coisas a sério.

No período da manhã, alertava-se para as responsabilidades de quem está sentado nesta Câmara. Se calhar, também deveriam ser pedidas responsabilidades a quem aqui esteve há muitos anos devido a licenciamentos no Porto Judeu aprovados pelo executivo do PSD. Um imóvel público foi ao chão devido a um licenciamento de uma casa que não devia ter ido para a ribeira. Já agora, concordo plenamente com a compra do imóvel aqui ao lado, um negócio excelente para os objetivos que o município de Angra pretende traçar.

**Sr. d. m. António Toledo Alves:** – O grupo municipal do PS concorda com o que aqui é apresentado e é importante para os interesses do município por se tratar de um prédio ligado aos Paços do Concelho. O que está previsto ser construído no terreno onde se situa o outro

imóvel é uma mais-valia para o património e turismo do nosso concelho e as avaliações enquadram-se nos valores do nosso concelho numa altura de crise. Tenho conhecimento de uma empresa que se tinha mostrado interessada no terreno das avenidas mas nem se chegou à frente com a proposta após ter tomado conhecimento dos valores.

**Sr. d. m. Miguel Borba:** – É mais do que legítimo que a senhora deputada Graça Silveira tenha pedido quatro orçamentos para a construção da sua casa mas, quantas avaliações o banco lhe pediu?

**Sra. d. m. Alódia Costa e Silva:** – A incompatibilidade em causa não se refere à avaliação feita pelo engenheiro Miguel Borba enquanto perito, mas pelo facto de ele participar num debate e possível votação de um documento que ele próprio elaborou. O engenheiro Miguel Borba deveria ter pedido para se ausentar da sala enquanto discutíamos este documento. Eu não poderia estar aqui a discutir um documento cujo parecer jurídico tivesse sido dado por mim, a não ser como deputada municipal. O engenheiro Miguel Borba fez a avaliação enquanto perito da privada, não pode participar no debate nem na votação do documento e é aqui que reside a incompatibilidade.

**Sr. presidente da Mesa:** – Estou de acordo com o princípio que acabou de referir mas não foi essa a questão colocada inicialmente pelo senhor deputado Luís Rendeiro. O Miguel Borba não irá votar este item da nossa Ordem de Trabalhos mas tenho algumas dúvidas quanto à sua participação pela forma como as questões foram colocadas.

**Sra. d. m. Alódia Costa e Silva:** – O engenheiro Miguel Borba não deveria ter ouvido as questões que foram colocadas e deveria ter saído da sala antes da discussão.

**Sr. presidente da Mesa:** – Estaria de acordo se as questões não tivessem sido colocadas desta forma.

**Sra. d. m. Alódia Costa e Silva:** – A questão deve ser tratada de forma prévia em que devemos sair da sala, à semelhança do que acontece com algumas discussões ou votações relacionadas com algum familiar.

**Sr. presidente da Mesa:** – Como lhe disse, genericamente estou de acordo consigo mas talvez a questão devesse ter sido colocada de outra forma logo no início.

**Sr. d. Luís Rendeiro** (para um esclarecimento): – Julgo que fui bastante claro na minha primeira intervenção ao lembrar a delicadeza da situação que deveria ter sido evitada. Tendo em conta a existência de inúmeros avaliadores técnicos no município, entendemos que deveria ter sido feita mais do que uma avaliação para podermos comparar; havendo apenas uma, não deveria ter sido feita por um elemento eleito com um cargo político que a seguir participa num debate acerca da sua própria avaliação. Assiste-nos a razão ao dizermos que o processo é delicado e poderia ser evitado, a nossa decisão teria sido outra e como consequência apresentaremos o nosso voto contra.

**Sra. d. m. Maria da Graça Silveira:** – Em resposta ao repto que me foi colocado pelo engenheiro Miguel, o valor da minha casa foi o que contratualizei com os orçamentos que pedi. Não possuindo dinheiro próprio para construir, tive que pedir à banca que ficou com a hipoteca do imóvel como garantia e precisou do parecer técnico de um engenheiro para se certificar de que o valor do imóvel cobriria o valor do empréstimo. Por acaso fiz um empréstimo inferior ao valor do imóvel que resultou daquilo que contratualizei com os pedidos de avaliação. O banco deveria consultar mais do que um avaliador para não acontecer o que aconteceu no passado aqui em que os engenheiros iam lá assinar por baixo de letra e depois os empréstimos eram feitos para o imóvel, para o carro e para as viagens. No fim as pessoas não conseguiram pagar ao banco que, ao ficar com o imóvel, este não valia sequer metade do empréstimo.

No que respeita a questões de isenção, a bancada do CDS-PP não precisa de dizer nada porque tem exemplos. O professor Félix Rodrigues esteve envolvido na avaliação do impacto ambiental da Central de Valorização Energética mas nunca veio a uma única reunião da Assembleia Municipal que tivesse na agenda algo relacionado com isso.

**Sr. presidente da Câmara** (numa interpelação à Mesa): – Informo que deixei em cima da mesa da senhora deputada uma avaliação feita por outro perito com um valor bastante superior a este.

*Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, **O Pedido constante do Ponto 1.8 foi autorizado por maioria com 21 votos a favor (20 do PS e 1 do d. m. independente), 1 abstenção do PSD e 12 votos contra (9 do PSD e 3 do CDS-PP).***

*O deputado municipal do Partido Socialista Miguel Borba ausentou-se da sessão no momento da votação em virtude de se encontrar impedido nos termos do Código do Procedimento Administrativo.*

**1.9 – Proposta no sentido de o Município de Angra do Heroísmo proceder à sua desvinculação da ART – Associação Regional de Turismo – Turismo dos Açores. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea n) do n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

**Sr. presidente da Câmara:** – A ART era uma associação que durante algum tempo fez a promoção do turismo na região central do arquipélago e nestes últimos anos entrou num processo de fusão com a ATA. Nada temos contra, mas torna-se menos interessante a presença da Câmara de Angra que pagava anualmente cerca de 14 ou 15 mil euros, dinheiro que pode ser usado para outros fins de promoção.

A ATA está essencialmente voltada para as empresas profissionais do turismo e a Câmara não está bem posicionada numa entidade com uma vocação completamente distinta da sua, razão pela qual é melhor desvincular-se e passar a atuar como reguladora no que respeita ao licenciamento municipal e como promotora municipal conforme as competências que a lei lhe atribui.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Consideramos pertinente esta desvinculação da ART que se encontra em vias de deixar de existir, acumulou passivos financeiros e a sua utilidade foi muito discutível, uma vez que todos já assumimos a existência de graves problemas, para não dizer que a promoção do concelho e da ilha como destino turístico não tem corrido lá muito bem.

É importante que o município discuta com alguma urgência o que a Associação de Turismo dos Açores anda a fazer na ilha Terceira e é muito grave. A ATA recebe um financiamento público bastante significativo do orçamento da região na ordem dos vários milhões de euros. Tem associados e os principais beneficiados pela sua ação, na forma como é feita e enquadrada a promoção do turismo regional, são curiosamente operadores turísticos significativos à escala regional que possuem também a sua agenda com um interesse mais inclinado para uma das ilhas dos Açores em detrimento das restantes.

Esses operadores têm os melhores hotéis e *rent-a-car's* com maior movimento sediados na ilha e estão neste momento a utilizar a ATA para exercerem uma pressão e concorrência desleal para com as empresas locais de menor dimensão que se veem impedidas de promover os seus produtos e serviços, inclusivamente aos balcões dessas unidades turístico-hoteleiras. Esses vários associados da ATA articulam-se em rede - e estou a medir as palavras para não me acusarem de mais coisas - de modo a beneficiarem todos.

Está a ser tecido um colete-de-forças muito significativo sobre a economia do concelho de Angra, de toda a ilha Terceira e dos respetivos empresários por parte desse outro conjunto de

empresários sediados noutra ilha dos Açores, beneficiando de todos os apoios que a ATA lhes pode dar com dinheiros públicos.

Uma vez que a ART vai ser integrada na ATA, acho muito bem que a Câmara Municipal abandone este tipo de esquemas e adote um modelo próprio de promoção turística de forma articulada com a Praia da Vitória em prol do desenvolvimento do turismo da ilha e nos liberte deste tipo de espartilhos e outros interesses, sabendo que as maiores unidades hoteleiras, *rent-a-car's* e operadores turísticos que estão neste momento a ganhar dinheiro na Terceira, deixaram de ter capital terceirense ou nunca o tiveram, não estão aqui sediados e funcionam como o lado B do parente mais forte do turismo regional. Devemos manter-nos muito atentos a isso porque as políticas regionais de promoção turística estão a prejudicar fortemente a ilha Terceira.

**Sr. presidente da Câmara:** – Creio que a Câmara de Angra ficará bastante melhor ao articular-se com a Praia da Vitória, com Santa Cruz da Graciosa, com as câmaras municipais de S. Jorge e eventualmente com as autarquias do Pico e do Faial e o façam de forma autónoma e focada nos interesses locais. Sei que há outra autarquia que fará em breve este tipo de percurso e recentemente em contacto com o senhor presidente da Câmara de Santa Cruz da Graciosa, chegámos à conclusão que seria melhor coordenarmos as nossas atividades.

A promoção municipal deve ter um carácter mais neutro e não empresarial. Uma câmara municipal não deve constar de uma associação empresarial, razão pela qual pretendemos esta desvinculação, e aplicaremos o dinheiro que colocávamos na ATA para fins de promoção.

**Sra. d. m. Michele Aguiar:** – Foi com alguma curiosidade que vi um documento desta Assembleia de 2002 em que eram referidos os grandes benefícios em aderir à ART porque a ilha Terceira ficaria numa posição dominante. Hoje queremos sair porque, ao que parece, nos encontramos numa posição submissa, fazemos as transferências habituais e temos que pagar ainda mais para fazermos alguma promoção. Como o CDS-PP não quer compactuar com esta situação, vamos votar favoravelmente a saída da ART.

*Terminadas as intervenções e após votação, a Proposta constante do Ponto 1.9 foi aprovada por unanimidade.*

**1.10 – Relatórios intercalares de auditoria remetidos por Ana A. Santos, C. Sousa Góis & Associado, SROC, Lda. respeitantes ao Município e aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo – análise das contas encerradas a 30 de junho de 2016. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Trata-se dos relatórios intercalares referentes a meados do ano que passou que costumam ser enviados à Câmara e posteriormente à Assembleia, depois de analisados. Não há nada a apontar, a situação financeira e do funcionamento do município estava dentro da normalidade, apenas com uma questão relacionada com a informática que já foi devidamente esclarecida.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Em nome da bancada do PSD faço o reparo habitual porque há muito que esta empresa faz a auditoria às contas da Câmara e com o eternizar dos modos adquirem-se vícios de funcionamento. Parece-me chegada a altura para que as ditas auditorias sejam feitas por outra empresa que possa eventualmente detetar alguns vícios de quem cá trabalha há muito tempo. É importante a contratação de uma nova equipa de auditores tão cedo quanto possível a bem da transparência das boas contas do município.

**Sr. presidente da Câmara:** – Faço minhas as palavras do senhor deputado Rendeiro porque está na altura de repensarmos esta situação. A decisão já foi tomada em reunião de Câmara e está a iniciar-se o processo do concurso público para recrutamento de auditores.



*Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos relatórios constantes do Ponto 1.10.*

**1.11 – Alteração ao tarifário dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para 2017. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. presidente da Câmara:** – É apenas uma alteração a uma nota de pé de página devido a um problema relacionado com a utilização abusiva das tarifas de agricultura porque houve quem descobrisse que podia pedir um contador para o quintal para ligar ali o fornecimento de água à casa e assim pagar uma tarifa mais simpática por se tratar de água agrícola. Pretende-se assim referir que, exclusivamente nas zonas urbanas, apenas se permite a utilização da isenção das ligações à rede a quem possua pelo menos 5 mil metros quadrados de terreno agrícola.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento da alteração constante do Ponto 1.11.*

**1.12 – Assunção de compromisso plurianual dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo no que se refere à aquisição de serviços de disponibilização e apoio à utilização da plataforma eletrónica de contratação pública nos anos de 2017 a 2019. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. presidente da Câmara:** – A legislação sobre os contratos públicos obriga à migração dos concursos feitos em papel para a plataforma eletrónica. Como os Serviços Municipalizados ainda não possuem essa plataforma em funcionamento, pretende-se integrá-los na *SaphetyGov*, a plataforma que a Câmara utiliza para a contratação pública, o que implica um pagamento na casa dos cinco mil euros por se tratar de um compromisso trienal.

*Não se registando mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do conteúdo constante do Ponto 1.12.*

**1.13 – Relatório de monitorização dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas referente ao ano de 2016. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Este relatório nada tem a apontar, vem na sequência do que aprovámos há algumas sessões e a Assembleia Municipal receberá um outro da Câmara Municipal possivelmente na próxima sessão, no cumprimento da nossa própria deliberação.

*Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.13.*

**1.14 – Comunicações efetuadas pela TERAMB, EM, no que se refere à celebração do contrato-programa e alteração do capital social. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. presidente da Câmara:** – Solicito ao senhor presidente da Mesa o debate conjunto dos Pontos 1.14, 1.15 e 1.16 por se tratar do mesmo tema sob diversas vertentes. Em relação ao primeiro ponto é apenas a conclusão do processo de alteração do capital social da TERAMB por incorporação dos bens que pertenciam aos SMAH e o acerto com a Praia Ambiente na conclusão do processo que se arrastava há mais de uma década referente à regularização da situação patrimonial do aterro e das questões que influenciavam negativamente as contas de exploração dos Serviços Municipalizados. Chegámos finalmente a bom porto, a TERAMB teve o seu pacto social alterado por incorporação de capital e é uma excelente notícia para o município.

O Ponto seguinte dá conta do Plano para 2017, um ano em que ainda estamos nesta situação de alguma incerteza quanto aos rendimentos, particularmente a questão elétrica que ainda não está totalmente resolvida e ainda não temos grandes certezas sobre o nível de ressarcimentos que seremos obrigados a fazer em relação às vendas de eletricidade, mas é um orçamento sem nada preocupante e teremos na TERAMB anos relativamente pacíficos do ponto de vista financeiro.

Apesar de as coisas estarem a correr bem, ainda é cedo para fazermos prognósticos a longo prazo devido à experiência de funcionamento que ainda não é suficiente. Isto vai entroncar no relatório de contas do terceiro trimestre em que estamos a chegar ao fim do ano com cerca de 200 mil euros negativos, o que não é nada de extraordinário para uma estrutura daquelas, mas esse valor terá eventualmente uma redução grande porque neste trimestre estamos a fazer uma estimativa de ressarcimentos em 40% e aparentemente passaremos para a casa dos 20%, embora o ano ainda não esteja totalmente analisado.

No plano inicial de investimento dizia-se que a TERAMB teria prejuízos desta ordem nos primeiros cinco anos de exploração o que, a acontecer, corresponde ao que estava previsto no planeamento financeiro. Este assunto terá o seu desfecho quando apresentarmos as contas mas não me parece que haja qualquer ameaça ao equilíbrio financeiro da autarquia nem da própria TERAMB.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Pela leitura do documento, relativamente ao plano de atividades e orçamento da TERAMB para 2017, prevê-se a candidatura a fundos comunitários de um investimento de 555 mil euros de construção de um pavilhão e máquinas para otimizar a atividade de trituração de resíduos volumosos e uma outra candidatura no montante de 425 mil euros para a construção de um centro de processamento de resíduos animais. Gostaria de saber se as garantias de aprovação destas candidaturas também são internacionais e se a obra orçada em 555 mil euros avançará sem a aprovação da candidatura, correndo-se o risco da sua não aprovação.

O documento previsional de 2017 prevê o aumento de vendas em 27% e um aumento de prestações de serviços em 112%. Parece-nos uma estimativa demasiado otimista mas, a ver vamos, já noutro elenco camarário e de preferência com outra cor política a bem desta bancada.

**Sr. presidente da Câmara:** – Não dê muitas esperanças ao candidato porque isso não é fácil.

**Sra. d. m. Rita Andrade:** – Parece-nos pouco provável um resultado positivo estimado em 48 mil euros mas vamos aguardar para ver.

No que respeita ao relatório do 3º trimestre, afirmam no documento que o volume de negócios foi de cerca de 56% em relação ao que estava orçamentado e assumem que se situou abaixo do previsto, e o resultado operacional, (que é o resultado gerado pela atividade principal da empresa), foi negativo em 223 mil euros. Dados os resultados negativos e tendo em conta que o volume de negócios continuava abaixo do previsto no 3º trimestre, a perspetiva é de que a TERAMB tenha terminado o ano de 2016 com um resultado significativamente negativo, o que nos preocupa.

**Sr. presidente da Câmara:** – A análise da senhora deputada é correta e corresponde ao que penso a respeito desses documentos. De facto, são esses os valores da estimativa e continuo a manifestar um sentimento de prudência em relação à TERAMB porque ainda não estamos em velocidade de cruzeiro, há muita aprendizagem a fazer e veremos se se materializa um conjunto de expectativas.

As vendas de eletricidade ficaram abaixo do previsto devido a paragens grandes de quase um mês causadas por avarias da bomba, o que nos conduziu a uma menor receita, mas esperamos ser ressarcidos desses prejuízos pelo construtor. Previam-se prejuízos na casa do meio milhão de euros nos primeiros cinco anos de funcionamento mas a situação parece bastante melhor do que eu esperava.

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Aquela incineradora parou por várias razões técnicas ou outras devidas a avarias. Depois do debate tido aqui hoje de manhã, pergunto ao senhor presidente da Câmara se podemos garantir aos munícipes a ausência de falhas graves, erros de projeto ou de execução que possam comprometer a viabilidade daquela estrutura, um pouco à imagem do que foi aqui referido a respeito da escola da Ribeirinha.

O objetivo principal daquela unidade é a resolução do problema dos resíduos e do passivo ambiental. Tivemos o brinde da comparticipação total por fundos comunitários e não há que amortizar aquela infraestrutura mas existem outras anexas que entretanto a Câmara teve que construir para otimizar o funcionamento da incineradora e essas terão que ser amortizadas se bem que, não tendo lucro, esperamos não ter pelo menos prejuízo imediato. Os défices de exploração são significativos, por isso lhe pergunto para quando se espera o «não prejuízo» da TERAMB e da CVE e qual a média estimada de dias de paragem por ano.

Tenho uma última questão relacionada com a salubridade do tal armazém onde são guardados alguns lixos que são utilizados como CDR's. Foram-nos feitas algumas queixas quanto às condições de manutenção, ventilação e salubridade do armazém, por isso gostaria que nos pusesse a par das condições daquele espaço.

**Sr. presidente da Câmara:** – Há pouco e por lapso não respondi totalmente à senhora deputada Rita Andrade. Não há nenhuma garantia a respeito dos fundos comunitários mas temos a expectativa de que sejam aprovados. A obra do centro de processamento de resíduos está em curso e tínhamos mesmo que a fazer independentemente do financiamento, o que muito contribuirá para a melhoria das contas da TERAMB. Só iniciaremos o resto da obra se tivermos a certeza que será financiada, o que me leva a responder à última questão do senhor deputado Luís Rendeiro, porque o tal armazém substituirá o atual que era uma garagem e está a servir para isso.

Pretendemos construir um armazém para trituração do material retirado do aterro cuja maior parte vem enrolado, não arde bem e tem que passar por um triturador antes de ser queimado. Uma parte dessa trituração está a ser feita ao ar livre e o armazenamento que fica para secagem e serve para reforçar a combustão está a ser feito num edifício que foi concebido para garagem onde não conheço qualquer problema de salubridade até porque está de porta aberta e todos o conhecem porque é o primeiro edifício ao pé do canil.

Com a construção da obra que consta do relatório pretende-se criar uma estrutura específica para esse fim que permita outra qualidade do trabalho, visto que não é possível trabalhar cá fora nos dias de mau tempo porque o vento dispersa os plásticos. Só conseguimos fazer a operação de menagem em dias de bom tempo e precisamos de laboração constante com comodidade e segurança.

A incineradora ainda não parou este ano e em 2016 tivemos cerca do triplo das paragens que estavam previstas por causa das bombas, o que esperamos não venha a acontecer em 2017. Ao contrário da escola da Ribeirinha, só posso louvar o projeto que é excelente, tem um rendimento energético superior às especificações e fomos muito bem servidos. Como qualquer estrutura fabril em que há integração de equipamentos vindos de diversas fontes, há sempre a possibilidade do surgimento de problemas. Para além da tecnologia da bomba está a ser verificado o binómio temperatura/pressão, o único problema que surgiu no âmbito de construção da incineradora, sinal de que aquilo foi bem feito e não temos nenhuma razão para duvidar.

Há uma curva em forma de U que é típica das fábricas e deste tipo de instalações em que o número de avarias é elevado no início, reduz nos primeiros três ou quatro anos, mantém-se baixo durante a maior parte da sua vida e volta a subir quando a instalação se aproxima da obsolescência. É possível que surjam outros problemas ao longo deste e do próximo ano que se esperam fáceis de resolver como os que surgiram até agora mas a instalação é robusta, arranca

e para bem, apresenta um rendimento superior ao esperado e tem todas as condições para funcionar normalmente.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Ponto 1.14.*

**1.15 – Plano de Atividades e Orçamento da TERAMB, EM, para 2017. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento da TERAMB constante do Ponto 1.15.*

**1.16 – Relatório de contas do terceiro trimestre de 2016 da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.**

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Contas constante do Ponto 1.16.*

## **2 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**2.1 – Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Alberto Nobre Lopes Soares. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

**Sr. presidente da Mesa:** – *«Faleceu aos 92 anos, no passado dia 7 de janeiro, no hospital da Cruz Vermelha em Lisboa o doutor Mário Soares, figura cimeira da vida pública e política portuguesa e uma das mais destacadas personalidades da nossa democracia.*

*A sua vida foi um longo e ininterrupto combate pela liberdade e pelos valores em que acreditava. Treze vezes preso pela PIDE, deportado para S. Tomé às ordens de Salazar e exilado em França por Marcelo Caetano, viveu mais anos em ditadura do que em democracia mas foi no regime constitucional fundado nos ideais de abril que deixou a sua marca maior pelo seu intenso protagonismo em todas as fases da construção da democracia portuguesa.*

*Homem de cultura e de ação dotado de uma invulgar intuição política e de uma enorme capacidade de comunicação com os portugueses mesmo com os que dele discordavam, acompanhou todas as grandes transformações do nosso tempo e delas sempre fez uma leitura política atenta e exigente.*

*Foi ministro em vários governos provisórios e primeiro-ministro nos 1º, 2º e 9º Governos Constitucionais sendo que, neste último, assina a 12 de julho de 1985 o tratado de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. De 1986 a 1996 foi presidente da República Portuguesa, tendo demonstrado durante esses dois mandatos toda a sua imensa capacidade de diálogo e liderança.*

*Vitorioso ou derrotado em sucessivas eleições, acreditava que só é vencido quem desiste de lutar. Travou combates frontais quer à esquerda, quer à direita do PS, mas nunca deixou de respeitar os seus adversários. PCP, PSD e CDS estiveram nalgumas alturas com ele e várias vezes contra ele mas isso não o impediu de procurar colocar em cada circunstância histórica o que entendia ser o interesse nacional acima da sua própria visão socialista, republicana e laica, como a si mesmo se definiu.*

*Conhecia todas as ilhas da nossa região e foi com incontida emoção que visitou o castelo de S. João Batista onde o seu pai e o seu sogro estiveram presos.*

*Com o falecimento do doutor Mário Soares, desaparece assim da vida pública portuguesa uma das mais destacadas personalidades da nossa história contemporânea e uma das referências políticas mais relevantes do panorama nacional e internacional.*

*A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo reunida em sessão plenária no dia 10 de fevereiro de 2017 delibera:*

*1 – Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do doutor Mário Alberto Nobre Lopes Soares e transmitir aos seus filhos João Soares e Isabel Soares, as nossas respeitadas e sentidas condolências.*

*2 – Recomendar à Câmara Municipal que, logo que possível, perpetue na cidade de Angra do Heroísmo o nome do doutor Mário Soares.*

*Angra do Heroísmo, 10 de fevereiro de 2017.»*

**Sr. d. m. Luís Rendeiro:** – Para ficarmos melhor elucidados, a perpetuação do nome do doutor Mário Soares será de que forma?

**Sr. presidente da Mesa:** – Através do seu nome atribuído a uma rua.

**Sr. presidente da Câmara:** – De acordo com o nosso regulamento, devemos esperar cinco anos para o fazer.

*Não se registando mais intervenções e após votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do doutor Mário Soares constante do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade.*

### **3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

**3.1 – Voto de reconhecimento aos alunos da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade pela representação de Portugal no Parlamento Jovem em Estrasburgo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal.**

*Não se registaram quaisquer intervenções. Posto à votação, o Voto de Reconhecimento constante do Ponto 3.1 foi aprovado por unanimidade.*

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.*

*Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 16h30m do dia 10 de fevereiro de 2017, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.*

**O Presidente da Mesa**

---

**Ricardo Manuel Rodrigues Barros**

**O 1º Secretário**

---

**Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz**